

Corporação Interamericana de

Investimentos

Relatório Anual 2000



Com uma seção especial
sobre a administração ambiental
no setor financeiro





Carta introdutória	5
O ano em retrospecto	7
Atividades de investimento voltado para o desenvolvimento	15
Administração ambiental no setor financeiro	25
Demonstrações financeiras	37
Governadores e Governadores Suplentes	54
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	55
Administração e Gerência	56
Gráficos	
Fundos de Investimento Acionário	8
Aprovações por setor, em 31/12/2000	10
Carteira de projetos comprometidos, total acumulado em 31/12/2000	11
Operações aprovadas em 2000	34
Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados em 31/12/2000	35
Distribuição dos desembolsos por tamanho de empresa	35



Enrique V. Iglesias

CARTA INTRODUTÓRIA DO PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

2 de fevereiro de 2001

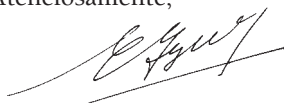
Presidente da
Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, transmito a Vossa Excelência o Relatório Anual da Corporação relativo a 2000 e as demonstrações financeiras auditadas, que incluem o balanço geral, a demonstração da receita e dos lucros acumulados, bem como a demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2000.

A Corporação está recebendo as primeiras parcelas de seu aumento de capital e introduziu as mudanças organizacionais requeridas pelos países membros para a mobilização produtiva deste novo financiamento nos próximos 10 anos em benefício das pequenas e médias empresas da região. A Corporação, assim robustecida, aumentará a sua contribuição para a realização dos objetivos do Grupo do BID, utilizando da melhor maneira possível as aptidões de seu pessoal profissional na formulação, avaliação e execução de projetos com enfoque no setor privado.

Atenciosamente,



Enrique V. Iglesias
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos



Jacques Rogozinski

A REGIÃO: PANORAMA ECONÔMICO Ao entrarem no novo milênio, a maioria dos países da América Latina e do Caribe conseguiram recuperar-se dos abalos externos que afetaram suas economias nos doze meses últimos. O compromisso assumido para elaborar e implementar, em período relativamente curto, medidas econômicas destinadas a acelerar a recuperação da estagnação do ano anterior foi decisivo para o retorno aos altos níveis de investimento externo que impulsionaram a expansão econômica registrada no fim do ano.

Em muitos casos, o vigor da recuperação econômica esteve estreitamente vinculado a decisões tomadas no nível nacional que permitiram às estruturas econômicas internas se adaptarem rapidamente à situação internacional variável. Além disso, conforme assinala o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em seu relatório anual para 2000, o ambiente externo favoreceu a região, em grande parte devido ao crescimento da economia dos Estados Unidos, ao aumento do preço do petróleo e de outros bens e às condições razoáveis para tirar proveito dos mercados internacionais de capital. Entretanto, o BID menciona que as taxas de juros em elevação e a instabilidade do mercado de ações dos Estados

Unidos aumentaram os custos e dificultaram para muitos países latino-americanos o acesso ao financiamento internacional.

Segundo os cálculos do BID, a região encerrou o ano com um crescimento médio superior a 4% em comparação com 0,3% em 1999. Esse crescimento, embora significativo, ainda está abaixo da média de 5,5% verificada nas últimas três décadas anteriores à crise da dívida. Essa rápida recuperação foi possível graças às medidas fiscais e de ajustamento financeiro iniciadas em 1999, as quais reduziram ainda mais as taxas de inflação e ajudaram a diminuir as taxas de juros internas. Dignas de menção são a legislação sobre responsabilidade fiscal adotada por vários países e os processos de privatização e modernização governamental em andamento na maioria deles.

Segundo as previsões do BID para 2001, considerando as políticas macroeconômicas e estruturais existentes atualmente na América Latina e no Caribe, o crescimento poderia continuar na faixa de 4,0% a 4,5% ao ano. Entretanto, conforme adverte o BID, para conseguir taxas mais elevadas de crescimento, a maioria dos países da região precisa adotar medidas adicionais no setor fiscal e no combate à corrupção.

As empresas de pequeno e médio porte da região, graças à sua considerável capacidade para gerar empregos e receitas em divisas, podem contribuir para consolidar essas perspectivas promissoras, se tiverem mais acesso a financiamento compatível com suas possibilidades, tecnologia de categoria mundial e as necessárias qualificações gerenciais e técnicas. O papel da CII é ajudá-las neste sentido.

O papel da CII na região Nos setores e áreas onde é difícil obter crédito ou capital em condições razoáveis, a Corporação continuará fornecendo às empresas de pequeno e médio porte financiamento que as ajude a crescer e preparar-se para recorrer aos mercados financeiros formais. Para alcançar este objetivo, é vital que a CII disponha de ferramentas que a capacitem a atingir o maior número possível dessas empresas; o programa de intermediação financeira e os investimentos da CII em fundos de investimento acionário constituem bons exemplos. As atividades de investimento de capital da Corporação continuarão a focalizar principalmente estes fundos ou veículos semelhantes que possam

proporcionar o capital necessário para crescer, abrindo ao mesmo tempo a estrutura acionária a outros investidores capazes de proporcionar recursos adicionais de capital, bem como oferecer conhecimentos gerenciais e técnicos especializados. Assim, a Corporação também se empenhará em alcançar suas outras metas: promover as exportações e a modernização da tecnologia e da infra-estrutura, bem como proteger o meio ambiente. Fará também investimentos de capital diretos em empresas individuais, inclusive em instituições financeiras quando essa for a forma mais eficaz de atender às necessidades de investimento da pequena e média empresa.

Fundos de Investimento Acionário

Número de fundos de investimento acionário de que a CII participou	25
Total do investimento da CII	\$140 milhões
Total da capitalização dos fundos objeto do investimento	\$1,7 bilhões
Beneficiários finais	142 empresas em 18 países

Essas empresas necessitam de fontes estáveis de financiamento, como a CII, para terem êxito seus esforços no sentido de contribuir para o crescimento econômico sustentável. Falta muito para completar a transição econômica da América Latina e do Caribe e resta ainda empreender a segunda geração de reformas. Apesar de melhores perspectivas a longo prazo, é preciso abordar certos problemas graves, inclusive os elevados níveis de dívida, o alto índice de desemprego e o desenvolvimento setorial desigual.

A Corporação

Neste ano a Corporação começou a receber as primeiras cotas do aumento de capital de US\$500 milhões, aprovado por seus países membros em 1999. Dedicou-se também a alcançar as metas estabelecidas no plano operacional trienal que acompanhou o aumento de capital.

A CII começou a preparar-se para utilizar de forma eficiente e produtiva os novos recursos de capital confiados à sua Administração e à sua Diretoria para o próximo decênio, destinando recursos consideráveis à identificação e implementação de métodos para aumentar sua eficiência administrativa e operacional.

A CII também se preparou para utilizar seu capital adicional aumentando suas atividades de desenvolvimento operacional. Assim, seus funcionários se espalharam a fim de participar de mais de 50 seminários, conferências e palestras que proferiram dentro e fora da região e empreenderam 200 viagens relacionadas com o desenvolvimento operacional. Algumas foram feitas em conjunto com o BID. Como resultado, identificaram-se 626 projetos potenciais em 21 países. Destes, 420 não foram considerados por não atenderem aos critérios básicos da CII relativos ao tamanho, a adicionalidade ou a percepção de risco, entre outros. Os 206 restantes passaram a uma segunda fase. Como resultado, 19 operações foram submetidas à Diretoria Executiva para sua consideração e aprovação. Essa campanha de promoção continuará, tendo em vista empresas pré-selecionadas que atendam aos critérios de seleção da CII em matéria de financiamento e de desenvolvimento.

O aproveitamento produtivo dos fundos adicionais da CII requer também espírito inovador, porque, à medida que evoluírem, as economias da região necessitarão novos produtos financeiros. Muitas das operações aprovadas este ano eram inéditas, tanto para a CII como para a região como um todo: serviços de telecomunicações e transferência de tecnologia e de equipamentos para o setor das telecomunicações da Costa Rica; títulos apoiados em hipotecas para moradias nos setores de média e baixa renda do Brasil; um fundo que investirá em títulos emitidos por pequenas e médias empresas privadas regionais tanto dos meios de comunicação como de telecomunicações; e financiamento para um hospital mexicano que presta serviços de beneficência, e conta também com programas internos de treinamento e pesquisa.

Administração de carteira e do risco creditício A distribuição eficaz e produtiva dos recursos fornecidos pelos acionistas da CII depende de uma sólida administração de carteira que leve em conta principalmente os dois tipos de risco a que estão sujeitas as empresas que realizam projetos com recursos da CII: o risco macroeconômico e o risco creditício.

Grande parte do risco macroeconômico está fora do controle da CII e de seus clientes. Não obstante, o processo de avaliação anterior à aprovação do projeto leva em conta esse risco e visa a evitar situações em que os riscos potenciais tornariam praticamente impossível alcançar as metas de desenvolvimento da CII. Uma vez aprovado o projeto, a empresa que realiza o projeto deve estar em melhor posição para resistir a choques macroeconômicos, pois o financiamento da CII a terá ajudado a tornar-se mais eficiente, fornecer um serviço ou produto necessário, elevar sua receita em divisas, robustecer sua estrutura de capital ou adquirir qualificações gerenciais e a tecnologia mais recente.

A gestão do risco creditício no nível das empresas que realizam projetos abrange a identificação, medição, monitoramento e controle de risco.

Supervisão de projetos e administração de projetos problemáticos A supervisão rotineira dos projetos compete às Divisões de Operações. Realiza-se pelo menos uma revisão anual para cada empréstimo ou investimento da CII. Os projetos problemáticos são transferidos dessa área para a Unidade de Operações Especiais, responsável por maximizar a recuperação de empréstimos e investimentos duvidosos.

A Unidade de Operações Especiais também contribui para a prevenção e identificação antecipada de projetos problemáticos participando do Comitê de Operações e do Comitê de Supervisão da Carteira. A Unidade também assessora os responsáveis pelos projetos que experimentam problemas no início e regularmente lhes comunica as lições aprendidas das empresas com projetos problemáticos.

Em nível mais alto, o Comitê Especial Ad-Hoc da Diretoria Executiva proporciona um foro para a discussão de planos de ação numa etapa inicial. Por intermédio do Comitê, a CII mantém seus Diretores Executivos informados e busca sua orientação em momentos críticos das negociações com empresas cujos projetos estão em dificuldades.

Relatório anual 2000

Exercício financeiro de 2000 No exercício financeiro de 2000, a Diretoria Executiva da CII aprovou 19 projetos em 8 países, no total de US\$143 milhões. O 25% dos fundos aprovados correspondera a investimentos de capital e 75% a empréstimos. Cinco dos seis investimentos de capital destinaram-se a fundos de investimento para o desenvolvimento, nacionais ou regionais. Esses fundos têm uma capitalização total de US\$854 milhões, ou seja, oferecem uma alavancagem de 25:1 dos investimentos de capital feitos pela CII durante o exercício. Dois dos empréstimos serão co-financiados e utilizarão US\$20 milhões dos recursos da Corporação para mobilizar um total de US\$30 milhões em financiamento proveniente de bancos e outras fontes. Quase 50% do montante total aprovado este ano será destinado aos países da região com economias menores.

Em 2000, as receitas da CII procedentes de todas as fontes elevaram-se a US\$34,2 milhões. As receitas provenientes de operações de empréstimo atingiram US\$26,1 milhões (US\$24,6 milhões a título de juros e US\$1,5 milhões a título de comissões). Os ganhos de capital e as receitas de dividendos gerados pela carteira de investimentos de capital

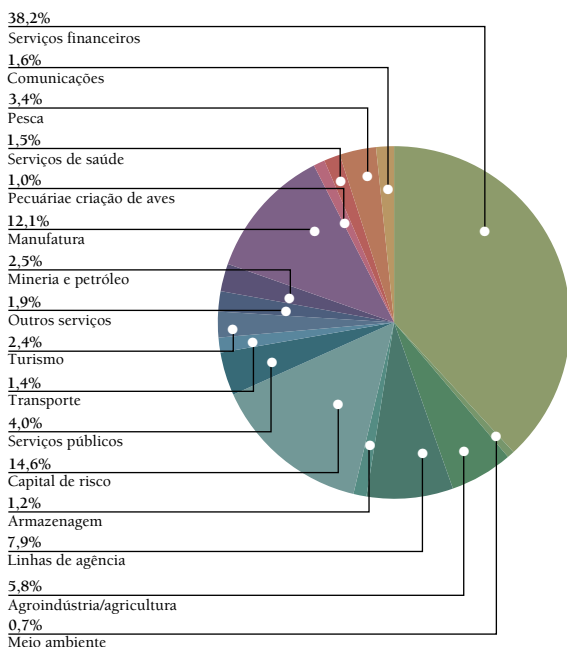
totalizaram US\$1,5 milhões no exercício. As despesas, inclusive US\$9,8 milhões em provisões, elevaram-se a um total de US\$33,6 milhões, produzindo benefício líquido de US\$590.000.

Contribuição para o desenvolvimento As atividades da CII de promoção do desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe continuam a produzir bons resultados. Prevê-se que as operações aprovadas em 2000 levem à criação de mais de 10.000 empregos, gerem exportações anuais no valor de US\$93 milhões e contribuam com US\$423 milhões por ano para o produto interno bruto da região. Os US\$143 milhões aprovados em 2000 apoiarão a implementação de projetos a um custo total de US\$1,3 bilhões. Por cada dólar alocado pela Corporação para projetos aprovados durante o exercício, nove destinar-se-ão a projetos de investimento.

Desde o início de suas operações em 1989, a CII canalizou financiamento a mais de 2.400 empresas nos setores de produção e serviços da América Latina e do Caribe. Projetos com um custo total de mais de US\$8 bilhões foram realizados graças aos US\$685 milhões em financiamento concedidos pela CII sob a forma de empréstimos e investimentos de capital, além dos US\$391 milhões em recursos por ela mobilizados por meio de operações de co-financiamento. Para cada dólar investido pela Corporação, onze são canalizados para empresas que têm criado cerca de 130.000 empregos e gerarão anualmente US\$1,3 bilhões em divisas para a região. As operações em países com economias maiores elevam-se a US\$518 milhões, ao passo que as realizadas nos países da região com economias menores totalizam US\$429 milhões, ou seja, 55% e 45% da carteira, respectivamente. Os projetos de alcance regional elevam-se a US\$155 milhões. Em 31 de dezembro de 2000, 84% dos investimentos comprometidos pela CII tinham sido totalmente desembolsados.

Aprovações por setor

(31 de dezembro de 2000)



Cooperação com o Grupo do BID O esforço conjunto das instituições que constituem o Grupo do BID pode ser um motor poderoso de desenvolvimento da América Latina e do Caribe. A parte principal do trabalho de coordenação da CII com o BID orienta-se para o desenvolvimento dos segmentos do setor privado no contexto das estratégias e da programação de país. Neste sentido, a CII participa da Comissão de Coordenação do Setor Privado. O Oficial Principal de Crédito da CII assessora o Vice-Presidente Executivo do Banco em projetos de seu Departamento do Setor Privado. Além disso, funcionários da CII participam do Grupo de Revisão de Crédito do Departamento do Setor Privado e da comissão de empréstimos do Banco para operações empreendidas com o setor privado. E a Comissão de Operações da CII atua também como “comissão de operações” no processo de aprovação de operações de investimento de capital empreendidas pelo Fundo Multilateral de Investimentos.

Fundo Multilateral de Investimentos O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) foi criado em 1992 para promover a viabilidade econômica e social das economias de mercado da América Latina

e do Caribe. O Fumin é administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e contrata a CII para a prestação de serviços de avaliação de projetos de investimento. Em 2000, a Corporação realizou onze projetos de assessoramento para o Fumin relacionados com a sua função de apoio ao desenvolvimento da pequena e da microempresa. Quatro operações incluíram iniciativas de investimento de capital de alcance regional. Outras consistiram em avaliações de fundos de investimento apoiados pelo Fumin no Brasil, Chile, México e Trinidad e Tobago.

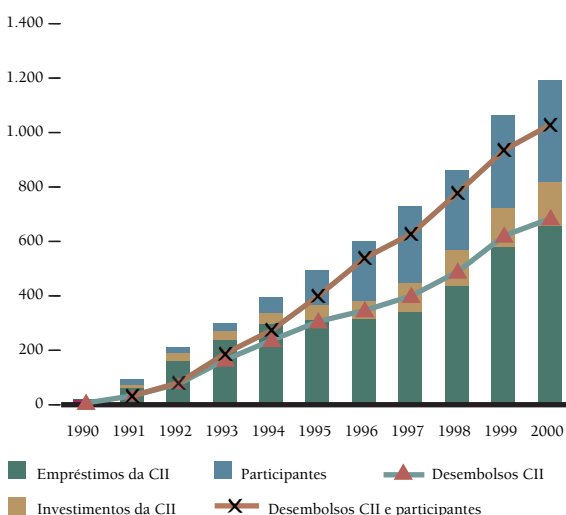
AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund A CII também colocou seu conhecimento especializado sobre a região à disposição da Emerging Markets Partnership para fins de investimentos do fundo em empresas de infraestrutura da América Latina, principalmente nos setores de energia, transportes e telecomunicações. A Emerging Markets Partnership é o principal assessor do AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund (LAIF). Durante o exercício, a CII prestou serviços de assessoramento para 18 projetos e serviços de monitorização para outros 17.

Outros fundos especiais Em 2000, a Corporação realizou dez estudos com o apoio das seguintes entidades: Swiss Fund, Spanish Trust Fund, Evergreen Fund da United States Trade Development Agency, Italian Trust Fund e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Durante o ano, cerca de US\$126.000 em fundos de cooperação técnica foram canalizados por meio da CII.

Carteira de projetos comprometidos, total acumulado

(Em 31 de dezembro de 2000)

Milhões de US\$



Assuntos institucionais

Classificação de crédito Em dezembro, a Standard & Poor's conferiu à CII uma classificação de contraparte AA. Segundo a própria S&P, essa classificação fundamenta-se:

- em um sólido propósito em matéria de políticas por parte da CII;
- em um vigoroso apoio à missão da CII por parte dos países membros;
- no fato de a CII fazer parte do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e contar com vigoroso apoio do mesmo, o que deve permitir à CII continuar recebendo tratamento de credor preferencial; e
- em uma sólida posição de capital.

A classificação dará à CII condições de

mobilizar, junto aos mercados financeiros, financiamento adicional para apoiar sua missão de desenvolvimento.

Empréstimo da Caja Madrid Ainda em dezembro, a CII e a Caja Madrid assinaram um acordo de linha de crédito rotativo com duração de dois anos, no valor de US\$50 milhões. A CII usará a linha de crédito — a quarta acordada com a Caja Madrid — para financiar desembolsos de empréstimos para projetos de desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

O crescimento da parceria A Assembléia de Governadores chegou a um acordo que possibilitará o ingresso de cinco novos países membros na Corporação. Com a incorporação da Bélgica, Finlândia, Noruega, Portugal e Suécia em futuro próximo, o número de países membros passará a ser 42.

Finpyme A Corporação lançou uma nova iniciativa para a promoção de suas atividades a fim de facilitar o processo de identificação de projetos. O programa Finpyme implementará uma metodologia comprovada que ajudará a Corporação a identificar empresas com um sólido histórico e projetos de investimento que requeiram financiamento de longo prazo. O programa também permitirá à Corporação coligir informações importantes sobre o ambiente comercial e normativo em que opera a pequena e média empresa da região. O Finpyme será implementado como um programa piloto na Bolívia e no Chile. Uma vez avaliados os resultados, o programa poderá ser levado a outros países da região.

Acordo de Cooperação do Caribe A Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Centre for the Development of Industry (CDI) assinaram um convênio de cooperação para oferecer apoio ao desenvolvimento de empresas do setor privado nos seguintes países da região do Caribe: Bahamas, Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago.

O CDI é financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento no âmbito da Convenção de Lomé. Seu objetivo é incentivar e apoiar a criação, ampliação e reestruturação de empresas industriais em países da África, do Caribe e do Pacífico.

Meio ambiente Em Miami em maio, e em Buenos Aires em outubro (co-patrocinado pelo Banco de Galicia y Buenos Aires), os representantes de 17 instituições financeiras de 10 países da América Latina e do Caribe participaram de *workshops* sobre gestão ambiental patrocinados pela CII. Todos os intermediários financeiros com quem trabalha a CII são obrigados, por contrato, a assistir a esses *workshops*, para aprender a integrar as práticas de gestão ambiental em suas próprias operações e a transformar em vantagens competitivas as práticas protetoras do meio ambiente.

Os *workshops* concentram-se na responsabilidade dos bancos no monitoramento dos aspectos ambientais dos projetos que financiam com fundos da CII. O capítulo sobre gestão ambiental no setor financeiro deste relatório anual apresenta mais detalhes sobre este componente fundamental do desenvolvimento sustentável.

Representantes da Conservation International, da International Expeditions Inc. e do Institute for Policy Studies realizaram apresentações individuais na CII para explicar o papel do ecoturismo no desenvolvimento econômico sustentável e os problemas que enfrentam ao procurarem financiamento para projetos de ecoturismo. As apresentações deste tipo fazem parte do trabalho conjunto da CII e do BID para aumentar a conscientização a respeito de alternativas rentáveis porém sustentáveis ao turismo tradicional.

Reunião Anual de 2000 A XV Reunião Anual da Assembléia de Governadores foi realizada em Nova Orleans, Luisiana, Estados Unidos da América, de 27 a 29 de março de 2000. Nessa reunião, os Governadores aprovaram as demonstrações financeiras da CII correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, bem como o relatório anual da Corporação. Antes da reunião, a CII organizou um seminário sobre o papel dos bancos comerciais na concessão de créditos à pequena e média empresa, com o co-patrocinio do Bank One.

Perspectivas do futuro

É para mim um privilégio ter sido nomeado para o cargo de Gerente-Geral da Corporação Interamericana de Investimentos numa conjuntura significativa da vida desta organização. Seus países membros aprovaram recentemente um aumento de capital, demonstrando seu compromisso de apoiar e expandir a missão da Corporação na região. À medida que forem pagas as respectivas cotas, o aumento de capital dará à CII maiores possibilidades para canalizar recursos do setor privado, tanto estrangeiros como nacionais, a fim de ajudar as pequenas e médias empresas da região a conseguir maior acesso a um financiamento de longo prazo muito necessitado. Desejo aqui consignar o meu reconhecimento ao Senhor John C. Rahming, Gerente-Geral anterior, e agradecer-lhe seus muitos anos de serviço no período inicial da CII.

A Corporação utilizará os novos recursos de capital para ampliar seu apoio às pequenas e médias empresas, ajudando-as a crescer, prosperar e ter acesso aos mercados financeiros comerciais à medida que criarem empregos, aumentarem suas exportações, atualizarem sua tecnologia e infra-estrutura e melhorarem seu desempenho ambiental.

Para alcançar essas metas de desenvolvimento, a CII continuará a conceder empréstimos e fazer investimentos de capital de forma direta, e a fortalecer seus programas de intermediação financeira e co-financiamento. Os investimentos diretos de capital serão feitos não somente em empresas individuais, mas também em instituições financeiras nos casos em que isto constituir a maneira mais eficaz de atender às necessidades de capital das pequenas e médias empresas da região. Igualmente, a Corporação investirá em fundos de capital privados ou veículos semelhantes que possam proporcionar um capital de crescimento necessário, abrindo ao mesmo tempo sua estrutura acionária a outros investidores capazes de fornecer recursos de capital adicionais e proporcionar conhecimentos gerenciais e técnicos.

As atividades de desenvolvimento de mercados de capital também ocuparão um lugar importante no programa da CII como forma de facilitar o acesso à poupança nacional e ampliar a participação nas empresas.

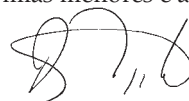
Em 2000, a Corporação dedicou-se a alcançar as metas traçadas no plano operacional trienal que

acompanhou o aumento de capital. O primeiro ano deste plano foi um período de transição na vida da CII. Foi considerado como oportunidade para reconfigurar a entidade estabelecendo a infra-estrutura institucional requerida para que os recursos adicionais provenientes do aumento de capital sejam usados da melhor forma em benefício do desenvolvimento. Neste período a Corporação está redefinindo suas prioridades, aprimorando seu enfoque e introduzindo melhorias administrativas e operacionais. Já implementou mudanças organizacionais, de pessoal e de procedimentos a fim de usar mais eficiente e produtivamente os recursos adicionais de capital confiados à Administração e à Diretoria Executiva para o próximo decênio. Em suma, a Corporação fez progresso considerável no estabelecimento das bases organizacionais necessárias para melhorar a qualidade e aumentar o número de novas operações, cumprindo ao mesmo tempo seu mandato de desenvolvimento e tornando-se auto-suficiente.

A solidez financeira e as boas perspectivas da Corporação foram confirmadas pela Standard & Poor's, agência de qualificação creditícia internacional que, em dezembro de 2000, lhe concedeu uma qualificação de contrapartida de AA. Essa qualificação permitirá à Corporação diversificar suas fontes de financiamento e conseguir empréstimos em condições mais favoráveis.

Como agora seu financiamento está à altura de seu mandato de cooperação para o desenvolvimento e está concluída a transição para uma infra-estrutura institucional mais ágil, a Corporação poderá aproveitar ao máximo a flexibilidade possibilitada pelo seu pequeno tamanho. Poderá assim atingir empresas menores e testar novos meios de apoiar setores e promover conceitos que sejam a chave do desenvolvimento sustentável neste novo milênio: educação, tecnologia de comunicações — como a Internet — e transparência e boa governança no setor privado.

Na economia da América Latina e do Caribe, cada vez mais orientada para o livre mercado e para o setor privado, a Corporação deverá utilizar estes e outros meios de assegurar que os benefícios potenciais desta tendência global sejam distribuídos de forma mais equitativa e atinjam também as economias menores e as áreas menos desenvolvidas.



Jacques Rogozinski

Gerente-Geral

Corporação Interamericana de Investimentos

Atividades de investimento voltado para o desenvolvimento



O programa da CII de financiamento do desenvolvimento orienta-se para as empresas privadas de pequeno e médio porte da América Latina e do Caribe que têm acesso limitado ao financiamento de longo prazo.

Os empréstimos da CII são expressos em dólares dos Estados Unidos e seu montante corresponde, no máximo, a 33% do custo de um projeto novo ou 50% do custo de um projeto de expansão. Os prazos de amortização dos empréstimos são, em geral, de cinco a oito anos (sendo o máximo de 12 anos), incluindo um período de carência adequado. Os empréstimos, que são avaliados de acordo com as condições do mercado internacional, estão sujeitos a uma taxa variável baseada na LIBOR. Em certos casos, a Corporação pode conceder empréstimos conversíveis, subordinados ou participativos.

A CII também faz investimentos de capital de até 33% do capital acionário da empresa beneficiária. Ao término do prazo do investimento, a CII vende a sua participação acionária. Entre os possíveis mecanismos de resgate figuram a venda na bolsa de valores local, a colocação privada junto a terceiros interessados e a venda aos patrocinadores do projeto nos termos de um acordo pré-negociado de compra de ações.

Em 2000, a Corporação recebeu 626 pedidos de financiamento. Destes, 420 não foram considerados por não atenderem aos critérios básicos da CII relativos ao tamanho, a adicionalidade ou a percepção de risco, entre outros. Duzentas e seis propostas foram consideradas numa primeira etapa. Como resultado, 20 operações foram apresentadas à consideração e aprovação da Diretoria Executiva.

Catorze das operações descritas a seguir incluem empréstimos cujo total se eleva a US\$107,2 milhões e seis incluem investimentos de capital num total de US\$35,5 milhões. Os dois empréstimos co-financiados neste ano mobilizarão US\$30 milhões em financiamento adicional. Os cinco fundos de investimento em que a CII obteve participação acionária permitirão uma alavancagem adicional dos recursos disponíveis para as empresas de pequeno e médio porte da região. O custo total dos projetos financiados como resultado das operações aprovadas pela CII em 2000 eleva-se a US\$1,3 bilhões.

REGIONAL Nas economias maiores da região, a demanda de serviços de telecomunicações fixos e móveis supera a oferta e o custo dos telefonemas interurbanos ainda é muito maior do que em outros mercados. Na região andina, em particular, os serviços de telefonia, telefonia por cabo e acesso à Internet são escassos e o custo da telefonia celular pode ser muito elevado. O restante da América Latina e do Caribe também oferece oportunidades, pois os serviços de dados e de telefonia por cabo são escassos e não há suficiente capital nem capacidade tecnológica para oferecer serviços avançados.

O CEA Latin American Communications Partners, L.P. (CEA) é um fundo de US\$100 milhões que investirá principalmente em empresas privadas da América Latina e do Caribe que operam em pequenos e médios mercados de mídia e telecomunicações. Investirá em empresas recém-criadas ou em fase de expansão, com baixo risco tecnológico. Focalizará a telefonia fixa, telefonia móvel, televisão a cabo e outros serviços de televisão pagos, radiodifusão, publicações, publicidade ao ar livre e comércio e conteúdo da Internet.

Investimento de capital da CII	US\$7,5 milhões
Número de beneficiários finais	10
Empregos a serem criados	360
Receita de exportação	US\$25 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$100 milhões por ano

A Corporação fará também um investimento de capital no **Central America Growth Fund, L.P.**, cujo objetivo é investir principalmente em empresas privadas centro-americanas e panamenhas de pequeno e médio porte orientadas para o crescimento. O fundo, com uma meta de capitalização de US\$50 milhões, planeja aproveitar as grandes oportunidades de investimento baseadas nas estratégias de crescimento em âmbito regional, centralização de indústrias fragmentadas, reestruturação ou reaproveitamento de oportunidades, privatização de empresas médias e oportunidades de colaboração com investidores estratégicos.

O fundo investirá em empresas dos setores do comércio varejista, processamento de alimentos e bebidas, indústria manufatureira, meios de comunicação e telecomunicações, turismo e indústrias de exportação que necessitam de capital de longo prazo para expandir sua capacidade.

Investimento de capital da CII	US\$5 milhões
Número de beneficiários finais	10
Empregos a serem criados	200
Receita de exportação	US\$25 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$100 milhões por ano

Em 1996 a Corporação Interamericana de Investimentos fez um investimento de capital de US\$5 milhões no Latin American Private Equity Fund, LP, um fundo de capital privado regional administrado pela Advent International Corporation. Este primeiro fundo, que se elevava a US\$85 milhões, mobilizou mais US\$375 milhões para oferecer financiamento a empresas de pequeno e médio porte no Brasil, Argentina e México. O programa teve um impacto considerável em matéria de emprego, arrecadação fiscal e contribuição ao produto interno bruto desses países.

A partir desse êxito, a CII aprovou este ano um investimento de capital de US\$10 milhões no **Latin American Private Equity Fund II, LP** (Advent II), cujo objetivo é investir em empresas latino-americanas de propriedade privada que operam na faixa média do mercado e são orientadas para o crescimento. A capitalização total do Advent II será de US\$500 milhões. Participando ativamente do Advent II, a CII ajudará a fortalecer e modernizar empresas do Brasil, da Argentina e do México, esperando ampliar o programa a outros países da região. Através de seus investimentos, o fundo ajudará a melhorar as práticas de governança empresarial. Terá

igualmente um efeito catalisador importante ao atrair outros investidores institucionais e facilitar o fluxo de capital novo para a região, possibilidade confirmada com o programa Advent I.

Investimento de capital da CII	US\$10 milhões
Número de beneficiários finais	20 a 30
Empregos a serem criados	400 a 900
Geração de divisas	US\$5 milhões a US\$12 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$10 milhões a US\$24 milhões por ano

BRASIL Em duas operações inovadoras, a Corporação ajudará a tornar a moradia popular mais acessível no Brasil e promoverá o desenvolvimento do mercado secundário dos títulos apoiados em hipotecas.

Na primeira dessas operações, a **Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária** (sociedade de financiamento de bens imobiliários que oferece crédito hipotecário a clientes de média e baixa renda) receberá da CII um empréstimo subordinado de US\$200.000; e a **Brazilian Securities Companhia de Securitização** receberá um empréstimo subordinado de US\$300.000 e venderá à CII US\$10 milhões em títulos apoiados em hipotecas.

Ambas as empresas visarão ao segmento residencial de média e baixa renda, com um preço médio por habitação de US\$30.000. A **Brazilian Mortgages** obterá as hipotecas e as venderá à **Brazilian Securities**. Por sua vez, esta última emitirá títulos apoiados em hipotecas em favor da CII. À medida que se desenvolver o mercado secundário de hipotecas, a CII venderá esses títulos, por intermédio da **Brazilian Securities**, a entidades investidoras no mercado secundário brasileiro, inclusive a seguradoras e fundos de pensões.

O financiamento da CII possibilitará a construção de cerca de 11.000 novas moradias em São Paulo e o projeto contribuirá anualmente com cerca de US\$28 milhões para o PIB do Brasil.

Na segunda dessas operações, a **Serviços Financeiros Imobiliários Ltda. (SFI)** receberá da CII um empréstimo subordinado de US\$1 milhão. A SFI presta serviços de administração de empréstimos hipotecários residenciais a instituições financeiras, companhias de crédito hipotecário, urbanizadoras e órgãos do governo brasileiro. Oferece também serviços de processamento e geração de créditos e análise de devida diligência para bancos.

O empréstimo da CII permitirá à SFI expandir as suas operações. Os serviços desse tipo são um dos componentes importantes que faltam para o desenvolvimento do mercado hipotecário na América Latina e talvez o fator mais importante para conseguir e manter a confiança dos investidores, bem como atrair capital para o setor. O Brasil precisa de opções financeiras para atender à crescente demanda de moradias, sobretudo nos segmentos de média e baixa renda. A CII está contribuindo mediante o apoio a uma empresa que presta serviços independentes de administração hipotecária de alta qualidade que, caso contrário, não estariam disponíveis no Brasil e que são um elemento essencial para o desenvolvimento de um mercado secundário de hipotecas.

CHILE O Banco del Desarrollo é um dos principais bancos chilenos dedicados ao financiamento das microempresas e das empresas de pequeno e médio porte. O banco planeja aumentar sua participação no mercado de financiamento das empresas de pequeno e médio porte e quer desenvolver novos produtos para atender ao microempresariado, continuar financiando a aquisição de moradias de baixo e médio custo e oferecer serviços a clientes de baixa renda.

A Diretoria Executiva da Corporação aprovou um contrato de linha de agência com o Banco del Desarrollo, segundo o qual cada uma das duas entidades contribuirá com US\$10 milhões. As duas concederão, paralelamente, empréstimos de US\$600.000 a US\$3 milhões a empresas de pequeno e médio porte interessadas em modernizar-se ou expandir-se. Esta operação é um bom exemplo da forma como as linhas de agência ajudam a CII a alcançar suas metas de desenvolvimento, uma vez que lhe permitem fornecer eficientemente financiamento de médio e longo prazo a empresas de pequeno e médio porte que atendam aos critérios de elegibilidade da Corporação.

Linha de agência da CII	US\$10 milhões
Número de beneficiários finais	7 a 30
Empregos a serem criados	150 a 450
Receita de exportações	US\$5 milhões a US\$15 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$15 milhões a US\$45 milhões por ano

A **Delta Leasing Habitacional, S.A.** é uma empresa de arrendamento financeiro de bens imóveis que compra moradias de médio e baixo custo e as arrenda a pessoas físicas por meio de um contrato de arrendamento com opção de compra. Um empréstimo de US\$7 milhões e um investimento de capital de US\$1 milhão por parte da Corporação permitirão a esta empresa ampliar as suas operações e financiar o acúmulo de contratos de arrendamento antes de sua securitização. A Delta Leasing também desenvolverá e venderá títulos apoiados por contratos de arrendamento, um mecanismo novo no Chile.

Os contratos de arrendamento com opção de compra beneficiam famílias de média-baixa a baixa renda que não dispõem de poupança suficiente para pagar a entrada de uma moradia ou que não têm a situação financeira necessária para obter um empréstimo de um banco. O financiamento proporcionado pela Corporação facilitará a geração de cerca de 15.000 contratos de arrendamento de longo prazo por meio do desenvolvimento de títulos apoiados pelo arrendamento, e reforçará e aprofundará os mercados de capital chilenos. Prevê-se que o projeto gerará US\$13 milhões anuais para o PIB do Chile.

A CII fará um investimento de capital no **Negocios Regionales Fondo de Inversión Privado**, um fundo de investimento privado que investirá em empresas chilenas de pequeno e médio porte. Esse fundo tem um prazo de 10 anos e uma capitalização prevista de US\$23,5 milhões.

O projeto tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de empresas de pequeno e médio porte no Chile, estabelecendo para isso um fundo de capital de risco, no qual o Fundo Multilateral de Investimentos do BID também investirá. O **Negocios Regionales** atuará em zonas do Chile localizadas fora da região metropolitana de Santiago, nas quais o desenvolvimento da produção não tem sido tão dinâmico como na capital e onde inclusive é mais difícil para as empresas obter acesso a financiamento de longo prazo, sobretudo se forem de pequeno ou médio porte.

As empresas nas quais o fundo investirá devem cumprir as normas locais e corresponder aos padrões internacionais nos âmbitos ambiental e trabalhista, em conformidade com as políticas da CII em matéria de revisão nesses âmbitos.

Investimento de capital da CII	Até US\$4 milhões
Número de beneficiários finais	10 a 20
Empregos a serem criados	120 a 180
Geração de divisas	US\$5 milhões a US\$10 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$15 milhões a US\$35 milhões por ano

COSTA RICA Com os recursos de um empréstimo da CII, o **Banco Improsa S.A.** fará subempréstimos a empresas costarriquenhãs de pequeno e médio porte. Esse empréstimo ajudará a apoiar o mercado visado pelo Banco Improsa, que abrange principalmente empresas orientadas para a exportação com vendas anuais inferiores a US\$4,5 milhões. Além disso, o empréstimo facilitará a este pequeno banco o acesso a um financiamento adicional de longo prazo.

Empréstimo da CII	US\$6 milhões
Número de beneficiários finais	30 a 60
Empregos a serem criados	300 a 600
Receita de exportações	US\$3 milhões a US\$4 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$13 milhões a US\$17 milhões por ano

O Consorcio **Celsa-Dimmsa-Telepsa Limitada** (CONDICEL), beneficiário de um empréstimo da CII no valor de US\$4,2 milhões, instalará e manterá 15.000 cabines de telefones públicos na Costa Rica e as arrendará ao Instituto Costarricense de Electricidad (ICE), empresa nacional de telefones e eletricidade. Este projeto aumentará para mais do dobro o número de telefones públicos na Costa Rica, tanto na zona rural como nas principais cidades. Além de criar 90 empregos diretos, o projeto oferecerá ao setor privado local a oportunidade de adquirir experiência e aprender técnicas para prestar serviços de telecomunicações e transferir tecnologia telefônica avançada da Colômbia para o setor de telecomunicações da Costa Rica.

EQUADOR A **El Rosário S.A.** (ERSA), empresa equatoriana, e a **Camarões Humboldt Panamá S.A.**, sociedade *holding*, destacam-se na indústria de camarão do Equador. Em conjunto, receberão da CII um empréstimo de US\$8 milhões, dividido em duas partes: um empréstimo de US\$6 milhões com prazo de sete anos e outro de US\$2 milhões com prazo de nove anos e participação nos lucros.

As mutuárias usarão o empréstimo para financiar a ampliação e modernização das instalações da ERSa no norte do Equador para fabricação de ração e criação, processamento e embalagem de camarões. O projeto acarreta a construção de novos tanques para a criação e engorda de camarões, e instalações de cloração e recirculação da água, além do desenvolvimento de novas espécies de camarão resistentes a doenças. Trata-se de melhorias significativas num momento em que o Equador luta para recuperar-se dos devastadores efeitos de uma virose que, em 1999, dizimou as populações de camarões do litoral do país, que é banhado pelo oceano Pacífico.

Este projeto é particularmente importante, pois o Equador é um dos principais exportadores de camarão fresco do mundo e as atividades deste setor são uma grande fonte de divisas para o país. Assim, a CII estará promovendo o desenvolvimento do país e ajudando a manutenção de uma importante fonte de trabalho num setor que representa 250.000 empregos diretos e 1 milhão de empregos indiretos.

HONDURAS A **Manufacturas del Trópico, S.A.**, empresa situada perto de San Pedro Sula, centro industrial de Honduras, fabrica móveis de alta qualidade para uso ao ar livre, atualmente distribuídos nos Estados Unidos por uma companhia estadunidense produtora e distribuidora de móveis destinados à faixa superior do mercado.

A CII aprovou um empréstimo de US\$3 milhões para a **Manufacturas del Trópico** (um empréstimo preferencial de US\$1,5 milhão e um empréstimo subordinado de igual montante) destinado à expansão e modernização de suas instalações. O projeto inclui a construção de 8.050 metros quadrados suplementares de compartimentos industriais, a compra e instalação de equipamentos de produção, a melhoria das condições ambientais e trabalhistas da fábrica e outras melhorias nas áreas de sistemas gerenciais, informática e capital de giro da empresa.

O empréstimo da CII promoverá a transferência de tecnologia para a **Manufacturas del Trópico**, graças aos vínculos com a empresa de distribuição americana. Permitirá também que a empresa amplie seu próprio mercado e venda móveis na América Latina e na Europa. Além disso, ajudará a gerar divisas estrangeiras e criar empregos, pois as **Manufacturas del Trópico**, que atualmente emprega 426 trabalhadores hondurenos, acrescentará outros 600 empregos em suas instalações ampliadas. A implementação do projeto representará uma importante contribuição para o desenvolvimento de Honduras,

num momento em que o país luta por superar as conseqüências do Furacão Mitch.

A estratégia adotada pela CII para Honduras após a passagem do furacão Mitch prevê o financiamento direto de projetos em setores que criam grande número de empregos e geram divisas. Com um empréstimo de US\$7,5 milhões à **Zona Industrial de Exportación Buena Vista, S.A.** (ZIP Buena Vista), a CII ajudará a financiar a expansão, no valor de US\$16,2 milhões, de um parque industrial perto de San Pedro Sula, centro industrial de Honduras. Como parte dessa expansão, será acrescentado um total de 42.896 metros quadrados ao espaço industrial, além de um estacionamento para contêineres, um novo poço de água, um tanque d'água e dois incineradores de resíduos sólidos. A ZIP Buena Vista também ampliará a atual usina de tratamento de águas servidas e comprará equipamento de coleta de resíduos. As instalações ampliadas proporcionarão emprego a mais 5.400 trabalhadores.

O projeto ZIP Buena Vista gerará para Honduras, de forma direta, receitas de cerca de US\$20 milhões em moedas fortes nos 10 primeiros anos de operação. Indiretamente, gerará cerca de US\$22,1 milhões por ano em valor agregado, proveniente das empresas estabelecidas nas novas instalações.

MÉXICO A Almacenadora Mercader, S.A (Almer) é uma empresa de armazenagem de cereais, privatizada em 1998. Um empréstimo de US\$10 milhões da CII aumentará o capital de giro permanente da Almer, permitindo-lhe adquirir um maior volume do milho branco utilizado para fazer tortilhas, alimento básico nesse país. Como empresa armazenadora, a Almer desempenha um papel muito importante na cadeia de produção de tortilhas, pois os serviços de compra, armazenagem, classificação e venda de milho que oferece possibilitam o suprimento oportuno desse cereal, procedente de numerosos agricultores, a maioria pequenos, aos produtores de tortilhas. A Almer também planeja aumentar suas compras de cereais de produtores mexicanos por meio de acordos de recompra ("repos") a serem financiados com o empréstimo da CII.

O projeto da Almer apoia o desenvolvimento do mercado de capitais do México, criando a base para a

futura securitização dos instrumentos de compra de cereais (recibos de armazenagem). Os produtores agrícolas terão acesso ao crédito, a modernos sistemas de distribuição e a instrumentos de gestão de risco. Prevê-se que cerca de 2.500 agricultores se beneficiem do programa a cada ciclo, elevando o total a 10.000 agricultores por ano. Além disso, prevê-se que o projeto crie 132 empregos diretos.

Dos quatro principais hospitais do México, o **Hospital ABC** é o único sem fins lucrativos. Presta toda uma série de serviços de beneficência e conta também com uma extensa gama de programas internos de treinamento e pesquisa. O ABC vai construir uma nova clínica na zona de Santa Fé, na cidade do México, D.F. A primeira fase deste projeto de longo prazo, financiada em parte por um empréstimo da Corporação no valor de US\$10 milhões, prevê o estabelecimento de um centro ambulatorial especializado que incluirá instalações de cirurgia ambulatorial, um edifício com 100 consultórios médicos, todos os serviços de diagnóstico afins, como laboratório e um centro de geração e tratamento de imagens, bem como um centro de medicina preventiva. As instalações incluirão também um serviço de pronto socorro que funcionará 24 horas do dia, uma clínica beneficente para atender à população carente em cumprimento da missão do Hospital ABC e 60 leitos.

Embora o México esteja atraindo investimento estrangeiro, a maior parte do capital que entra no país concentra-se nas necessidades de financiamento de operações de grande envergadura. O **Multinational Industrial Fund** é um fundo de investimento de capital privado, de US\$80 milhões, que investirá em títulos de participação no capital e quase-capital de empresas mexicanas de pequeno e médio porte que formam *joint ventures* com empresas estrangeiras para gerar exportações. Assim apoiará a criação e expansão de empresas mexicanas de pequeno e médio porte que carecem de acesso a capital acionário e promoverá as exportações e a transferência de tecnologia.

Investimento de capital da CII	US\$8 milhões
Número de beneficiários finais	15
Empregos a serem criados	450
Contribuição para o PIB	US\$300 milhões em 10 anos

REPÚBLICA DOMINICANA

A CII aprovou um empréstimo de US\$30 milhões ao **Banco Popular Dominicano C.A.**, que consiste num empréstimo A de US\$10 milhões da CII e um empréstimo B de US\$20 milhões de bancos comerciais internacionais. Os recursos serão utilizados para proporcionar financiamento de médio e longo prazo a empresas dominicanas de médio porte dedicadas principalmente à exportação. Estes subempréstimos permitirão a empresas que operam nos setores industrial, agroindustrial, turístico, energético, de transportes, comunicações, infra-estrutura e serviços implementarem projetos de expansão e comprar maquinaria e equipamento, além de proporcionar-lhes capital de giro. Acompanhando os esforços de renovação tecnológica da República Dominicana, os empréstimos destinados a projetos de infra-estrutura terão por objetivo o desenvolvimento de setores produtivos.

Empréstimo da CII	US\$10 milhões
Número de beneficiários finais	10 a 20
Empregos a serem criados	100 a 200
Receita de exportações	US\$5 milhões a \$10 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$20 milhões a \$30 milhões por ano

Em outra operação destinada a impulsionar o desenvolvimento num de seus países membros, a **Corporação Interamericana de Investimentos** proporcionará financiamento para as empresas de pequeno e médio porte da República Dominicana sob a forma de empréstimos diretos de médio e longo prazo mediante linha de agência ao **Banco Popular Dominicano, C.A.**, uma das principais instituições financeiras do país. A linha de agência será de, no máximo, de US\$30 milhões, dos quais a CII propor-

cionará até US\$15 milhões e o Banco Popular Dominicano até US\$15 milhões, na qualidade de agente. Os empréstimos da CII a cada mutuário não ultrapassarão US\$1,5 milhão nem serão inferiores a US\$300.000. O Banco Popular participará do financiamento dos projetos selecionados nos mesmos termos e nas mesmas condições que a CII, embora possa participar com montantes maiores.

Linha de agência da CII	US\$15 milhões
Número de beneficiários finais	30 a 50
Empregos a serem criados	300 a 500
Receita de exportações	US\$3 milhões por ano
Contribuição para o PIB	US\$10 milhões por ano

URUGUAI

O transporte, turismo e infra-estrutura urbana são importantes setores econômicos, que melhoram a eficiência dos serviços, geram fluxos consideráveis de valor agregado e criam, direta ou indiretamente, empregos em países em desenvolvimento. A cidade de Salto, numa região do Uruguai que está se tornando rapidamente um centro turístico importante, terá uma estação rodoviária de uso múltiplo construída pela **Udeman S.A.** com a ajuda de um empréstimo de US\$5 milhões da CII. Essa rodoviária melhorará consideravelmente os serviços de transporte nacional e internacional de passageiros e encomendas. Incluirá também serviços ao consumidor relacionados com instalações modernas de transporte, como um centro comercial.

Com este empréstimo, a CII apoiará uma iniciativa do setor privado para prestar um serviço até agora oferecido pelo setor público. Este projeto, cujo custo se eleva a US\$15,7 milhões, criará 15 empregos diretos e 350 indiretos.

The background of the image is a warm, golden-hued landscape. It features a range of mountains in the distance, partially obscured by soft, glowing clouds. In the foreground, the dark silhouettes of trees and a hillside are visible against the bright, low sun, creating a high-contrast, atmospheric scene. The overall color palette is dominated by shades of yellow, orange, and gold, with deep blacks and dark greys in the shadows.

Administração ambiental no setor financeiro

“As empresas responsáveis, administradas com espírito empreendedor, constituem a força motriz do desenvolvimento econômico sustentável e proporcionam recursos administrativos, técnicos e financeiros a fim de contribuir para a solução dos desafios ambientais. Ainda restam muitos desafios e o setor deve continuar aprimorando seu desempenho e mantendo seus acionistas informados sobre as políticas e práticas adotadas... Um desafio especial na busca do espírito empresarial responsável será integrar as empresas de pequeno e médio porte à linha mestra da boa administração ambiental e usar o investimento...para levar boas práticas, tecnologias e conhecimento especializado aos países em desenvolvimento e àqueles com economias em transição.”

Traduzido do “*Responsible Entrepreneurship*”, Artigo N° 1, Sexta Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, promovida pela Câmara Internacional de Comércio e o World Business Council for Sustainable Development.

Um dos projetos inovadores do ponto de vista ambiental financiados diretamente pela CII é a Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. (Santher), uma fabricante brasileira de papel de seda e papel para embalagem. A Santher, que recebeu da CII um empréstimo direto de U\$8 milhões em 1993, usa papel reciclado em seu processo de fabricação. Possui também instalações para tratamento de água que devolvem ao rio local água mais limpa do que a retirada. Essas práticas são seguidas por inúmeras indústrias de papel no mundo todo. Menos disseminada, porém, é a forma como a Santher usa o sedimento resultante da fabricação do papel. O sedimento da indústria do papel é um resíduo orgânico normalmente eliminado por incineração ou disposição em aterro, métodos que podem ser fontes de poluentes. A Santher, porém, usa este sedimento como matéria-prima para a confecção de tijolos. Os tijolos feitos com o sedimento produzido pela indústria de papel Santher pesam menos, são mais resistentes e têm maior capacidade de isolamento que os tijolos comuns feitos de argila.

Enquanto instituição multilateral responsável pela promoção do desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe mediante o financiamento de empresas de pequeno e médio porte, a Corporação Interamericana de Investimentos encontra-se em uma posição singular. Pode ajudar as empresas que financiam a se tornarem responsáveis do ponto de vista ambiental e, dessa forma, dar-lhes condições para colher as vantagens competitivas que o uso sustentável dos recursos naturais proporciona no mercado mundial. Essas empresas podem constituir modelos capazes de provar que o crescimento dos negócios nas economias em desenvolvimento não precisa destruir os recursos naturais sobre os quais o desenvolvimento sustentável é construído.

A promoção da responsabilidade ambiental por parte dos projetos que a CII financia diretamente é relativamente simples. Primeiro, a CII não aprova o projeto se a empresa encarregada de sua implementação não cumprir as normas ambientais e trabalhistas do país anfitrião e da CII ou não se comprometer a alocar os recursos necessários para cumpri-las. Segundo, a CII submete informações ambientais resumidas à avaliação pública antes que a Diretoria (representando os países membros da CII) se reúna para votar algum projeto. Terceiro, os desembolsos subsequentes são condicionados ao cumprimento constante das mesmas normas. A fidelidade a esse compromisso ambiental e trabalhista é verificada por meio de visitas de supervisão do projeto.

Mas a CII também faz financiamentos indiretos, atuando por meio de intermediários financeiros locais e fundos de investimento acionário especialmente voltados para esse fim. A atuação com esses intermediários apresenta um desafio: assegurar o cumprimento de normas ambientais por parte de milhares de beneficiários de subempréstimos e de investimentos de capital feitos com recursos da CII.

Enfrentando o Desafio: Desenvolvendo uma Capacidade Regional

A partir do início de suas operações, em 1989, a Corporação Interamericana de Investimentos construiu um programa de intermediação financeira que tornou o financiamento disponível a grande número de empresas de pequeno e médio porte, ao mesmo tempo em que respaldava o desenvolvimento de sólidas instituições financeiras locais. O programa demonstrou ser uma forma rentável de a CII atingir um número maior de empresas de pequeno e médio porte, alavancando os recursos financeiros disponíveis e ao mesmo tempo assegurando um financiamento robusto para os projetos e o cumprimento dos requisitos de proteção ambiental.

Ao operar por meio desses intermediários, a CII não busca apenas estimular o desenvolvimento de empresas privadas de pequeno e médio porte na América Latina e o Caribe, reduzindo o alto custo dos serviços bancários e outros serviços financeiros que tornava o financiamento de projetos inacessível a pequenos tomadores de empréstimos e entidades em busca de capital próprio. Busca também aprimorar as estruturas administrativas e operacionais dos intermediários, aí incluídas a análise, a administração e a supervisão de créditos, bem como a adoção e promoção de práticas ambientais responsáveis ao fazer empréstimos.

Este processo de fortalecimento de instituições tem a vantagem adicional de transformar instituições financeiras locais em agentes da CII, que supervisionam o cumprimento de suas diretrizes de investimento e meio ambiente. Ao estabelecer valores máximos de empréstimos, normas financeiras e ambientais rigorosas e limites quanto ao tamanho, ativos e vendas da empresa subtomadora do empréstimo, a CII promove o desenvolvimento de sistemas financeiros que dão suporte a empresas com potencial para contribuir para o crescimento econômico sustentável da região, utilizando recursos humanos e materiais de maneiras que beneficiem a economia local e expandam a base econômica de seus países membros.

Treinamento em Administração Ambiental para Intermediários Financeiros

A CII exige que cada intermediário financeiro ou fundo de investimento que repassa ou investe recursos da CII efetue ou aprove uma análise do desempenho ambiental de cada empresa que receba subempréstimo ou investimento. Essas análises abrangem o cumprimento das leis e regulamentos ambientais, de segurança do trabalho e das relações trabalhistas do país pertinente, bem como das diretrizes da análise ambiental e trabalhista da CII. Desde junho de 1999, a CII vem exigindo de seus clientes intermediários financeiros que enviem representantes a seu seminário de treinamento ambiental para intermediários financeiros. Esses representantes devem ser funcionários de alto nível, funcionários responsáveis por empréstimos ou analistas que influenciem o planejamento estratégico ou dele participem e tenham responsabilidade direta pelo financiamento da CII.

O seminário visa a aumentar a capacidade dos clientes da CII para implementar normas ambientais e trabalhistas ao utilizar os recursos da CII. Oferece um panorama geral das atuais questões ambientais, de saúde e segurança do trabalho e trabalhistas, bem como dos requisitos da política da CII. Além disso, ensina os participantes a aplicarem o sistema de classificação de risco ambiental da CII, a atenderem aos requisitos de apresentação de relatório ambiental anual à CII e a desenvolverem planos de ação corretivos para os subprojetos, se necessário.

O desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental

A Latin American Agribusiness Development Corporation S.A.

(LAAD) é uma empresa privada de investimento e desenvolvimento, fundada há trinta anos para financiar projetos de agroindústria na América Latina e no Caribe. As acionistas da LAAD são doze proeminentes empresas agroindustriais e financeiras. A LAAD concede créditos de curto e médio prazo para projetos qualificados do setor privado, emprestando diretamente aos seus clientes, por intermédio de seus oito escritórios locais espalhados por toda a região. No curso destes anos, a LAAD obteve financiamento da USAID, de fundos 936 (beneficiados pela isenção da seção 936 do Código da Receita dos EUA), de bancos comerciais e, ultimamente, a partir de um contrato de agenciamento de linha de crédito celebrado com a CII. Tradicional-

mente, a LAAD vem se dedicando a projetos de impacto substancial sobre a geração de empregos e de divisas. A maior parte dos tomadores de empréstimos da LAAD são empresas de pequeno e médio porte de propriedade e administração familiar.

A LAAD sempre esteve atenta à questão do impacto ambiental ao financiar projetos agroindustriais. Evitou projetos que pudessem ser irresponsáveis e financiou instalações aperfeiçoadas para o tratamento de resíduos e o armazenamento de agroquímicos como subcomponentes de projetos mais amplos. Apesar disso, a LAAD reconhece que todo o setor agroindustrial da América Latina ainda precisa de uma consciência ambiental mais profunda.

Esta realidade configura um desafio tríplice.

- As instituições internacionais de desenvolvimento, como a CII, devem fazer valer seus mandatos internos para o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, e ao mesmo tempo continuar buscando instituições interessadas em repassar seus fundos de desenvolvimento.
- Os bancos e instituições financeiras como a LAAD devem cumprir normas estabelecidas pela CII e outros fornecedores de recursos para o desenvolvimento, e ao mesmo tempo encontrar uma forma eficiente de fazê-lo para manter sua competitividade.
- Os tomadores de recursos internacionais destinados ao desenvolvimento devem implementar práticas ambientais aceitáveis para se

habilitar a esses fundos e ao mesmo tempo se manter rentáveis, sob pena de fechar as portas.

O tempo e o custo de avaliação do impacto ambiental de um único projeto podem ser proibitivos para uma instituição de empréstimo do setor privado. Além disso, se uma instituição de empréstimo exige essa avaliação e outra não, e todas as demais condições são iguais, o tomador “comum” escolherá o caminho menos complicado.

A recomendação da LAAD é transformar esses novos requisitos em oportunidades e não em um fardo adicional para fornecedores e tomadores de empréstimos. De que forma? Uma idéia seria desenvolver um programa de certificação ambiental *Green Earth* nas universidades agrícolas regionais, como a Escola Earth, da Costa Rica, ou

a Escola Zamorano, de Honduras. Estas universidades poderiam formar equipes de professores e alunos que conduziram os estudos de avaliação ambiental em troca de uma remuneração, emitindo certificados de conformidade assim que os projetos atingissem determinados padrões. Um segundo e importantíssimo passo seria desenvolver a certificação ambiental tipo “Green Earth” nos mercados onde as empresas tomadoras de empréstimos distribuem seus produtos. Por fim, os produtos que portassem o selo *Green Earth* deveriam poder cobrar preços mais altos ou, pelo menos, ter preferência em relação a produtos não certificados, além de acesso aos fundos internacionais de desenvolvimento participantes do programa.

A necessidade de maior consciência ambiental e de observância de padrões mais elevados nunca foi tão clara como agora. Por outro lado, os maiores desafios no

mundo em desenvolvimento são atender às necessidades mais básicas dos seus cidadãos e melhorar suas condições de vida a curto prazo. O cumprimento das normas ambientais deveria sempre em consideração essas necessidades. As instituições multilaterais de desenvolvimento devem buscar formas criativas de implementar seus novos mandatos ambientais.

Hunter Martin
*Vice-Presidente Regional,
 Latin American
 Agribusiness Development
 Corporation S.A.*

- Os participantes do seminário são expostos a:
- um entendimento básico das questões ambientais prováveis e de outras questões correlatas que poderão enfrentar quando utilizarem recursos da CII;
 - um entendimento das políticas da CII nessas áreas;
 - o conhecimento necessário para selecionar e analisar os projetos;
 - os componentes e ferramentas básicos para implementar um sistema de administração ambiental;
 - os requisitos da CII para seleção ambiental e apresentação de relatórios; e
 - os conceitos e ferramentas que lhes permitirão reconhecer e avaliar o risco ambiental, a fim de situar os seus clientes em posição de obter uma vantagem competitiva.

Acompanhamento

Os intermediários financeiros que participam do curso de treinamento ambiental recebem orientação sobre como implementar um sistema de administração ambiental para a utilização dos recursos da CII. Mais adiante, terão de apresentar relatórios anuais de supervisão ambiental sobre as empresas que recebem subempréstimos a partir de financiamento concedido pela CII.

As Lições Empresariais do Ecoturismo

Como maior setor de atividade do mundo, o turismo gera rendimentos de trilhões de dólares, atrai investimentos de capital da ordem de US\$750 bilhões e gera aproximadamente 230 milhões de empregos no mundo todo. O turismo natural representa cerca de 40% desse mercado. Um número cada vez maior de países está buscando investir em suas atrações turísticas naturais, biologicamente diversificadas, como um componente fundamental de suas estratégias de desenvolvimento.

A Conservation International (CI), sociedade com sede em Washington DC, empenhada na preservação da biodiversidade, está promovendo sua própria missão bem como o crescimento econômico por meio do ecoturismo, que consiste no turismo natural em benefício das comunidades locais. Se as pessoas que vivem em

importantes áreas de preservação, ou no entorno dessas áreas, puderem obter algum proveito da manutenção dessas áreas como locais de ecoturismo, reduzirão a prática de atividades destruidoras do meio ambiente, como a caça e o desmatamento.

A abordagem da CI com relação ao ecoturismo funciona em múltiplas escalas. Os pequenos empresários recebem treinamento em capacitação empresarial e técnica para estabelecer a sua empresa de turismo. Um programa de desenvolvimento de ecoturismo, especialmente estabelecido, reúne empresas da comunidade, operadoras de turismo e funcionários do governo para estimular o investimento em ecoturismo no plano regional. No plano nacional e global, a CI procura influenciar os governos e as indústrias a elaborarem planos de desenvolvimento turístico que preservem a biodiversidade. O sucesso dessa abordagem depende de conseguir demonstrar que as empresas de ecotu-

rismo podem ser sustentáveis no longo prazo, por meio da implementação de operações rentáveis, captação de financiamentos e desenvolvimento de capacitação gerencial.

Os principais desafios enfrentados pelas novas atividades de ecoturismo desenvolvidas no plano comunitário são a falta de capital para empresários locais, a falta de bens para garantir empréstimos, o alto risco dos novos empreendimentos e capacitação gerencial inadequada para a produção de planos comerciais de qualidade, que tirem proveito das oportunidades de mercado.

A experiência da CI sugere que o progresso dessa atividade envolve três elementos essenciais:

- um programa de assistência técnica abrangente, predominantemente via concessão de subvenções, que crie gerentes para os negócios e mercados para os produtos;

- financiamento de longo prazo adequado para atender aos objetivos de crescimento;
- contratos escritos com parceiros na comunidade, que esclareçam os papéis e responsabilidades e salvaguardem os objetivos de preservação.

As empresas que mantiverem baixos os custos de implementação e operação estarão sujeitas a riscos muito menores: em vez de começar pela construção de uma infra-estrutura de larga escala, podem fazer investimentos mais seguros aperfeiçoando acomodações existentes ou cuidando do desenvolvimento das capacitações, como o treinamento de guias. As empresas de ecoturismo requerem a elaboração de estudos de viabilidade abrangentes, contendo seções claramente dedicadas ao marketing e às finanças e um plano de desenvolvimento gerencial. As novas empresas de ecoturismo devem, primeiro, analisar as oportunidades

do mercado doméstico, para evitar os altos custos do marketing internacional, e aprender o negócio realizando vendas a um mercado local com que estejam familiarizadas.

Financiamento adequado significa acesso a capital de longo e curto prazo a taxas de juros administráveis para uma empresa que está dando seus primeiros passos. Há necessidade de recursos especiais, sujeitos a menos exigências, para financiar empreendimentos que produzam benefícios sociais e ambientais. A própria CI administra o Conservation Enterprise Fund, um programa de empréstimos voltado para negócios que promovam a preservação da biodiversidade.

A CI e seus sócios estão tentando novas abordagens para a promoção do ecoturismo, como a aplicação do modelo de incubadora de pequenos negócios, que obteve excelentes resultados nas indústrias de alta tecnologia e de comunicações. Um

projeto com estas características está em curso na Bahia, Brasil e, caso tenha sucesso, será reproduzido em outros lugares. O recém-lançado CI Ecotourism Excellence Award (Prêmio CI de Excelência em Ecoturismo) é uma forma de revelar pessoas e negócios que constituam modelos para o turismo sustentável.

O suporte dado a esta e a outras abordagens permitirá que o ecoturismo concretize seus inúmeros benefícios potenciais — negócios sustentáveis, preservação da biodiversidade, desenvolvimento econômico, educação e consciência ecológica, e trabalho significativo para a população local.

Stephen Edwards
Gerente do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo
Conservation International

Edward Millard
Diretor Sênior,
Conservation Enterprise
Conservation International

Administrando a mudança: o posicionamento das empresas latino-americanas e caribenhas de pequeno e médio porte com vistas às vantagens competitivas

A combinação de resultados positivos, tanto ambientais quanto comerciais, produz um efeito-demonstração que pode ajudar a estimular a transição para práticas empresariais mais responsáveis com relação ao meio ambiente. Com esse propósito, a CII procura adotar uma postura pró-ativa ao pôr em prática as instruções de seus países membros para ampliar o cumprimento das normas de proteção ambiental entre as empresas de pequeno e médio porte da região. Quando possível, fornecerá aos tomadores e empresas beneficiárias de seus empréstimos informações sobre formas de alcançar a eficiência ecológica com baixo custo ou sem custo algum, isto é, de fornecerem mercadorias e serviços competitivos recorrendo a uma produção mais limpa, um melhor controle de processos, modificação de equipamentos, mudança de tecnologia, recuperação e reutilização de materiais no próprio local da produção, produção de subprodutos úteis e modificação de produtos. E a CII procurará tornar o financiamento disponível para as formas mais inovadoras de preservar os recursos naturais produtivos que permitam aos países da região continuarem a se desenvolver.

Uma oportunidade singular para o desenvolvimento sustentável

A eficiência ecológica não é apenas um imperativo mundial. É uma oportunidade real para que a América Latina e o Caribe conquistem significativo valor agregado a partir de seus abundantes recursos naturais sem o custo ambiental elevado e aparentemente irreversível sofrido durante os últimos cem anos por outros países à medida que se foram industrializando.

Na América Latina e no Caribe as empresas de pequeno e médio porte fornecem grande parte do emprego, bens e serviços, e também das oportunidades de empreendimento e investimento. Além disso, podem ser a força que impulsiona o desenvolvimento econômico sustentável em seu próprio benefício, imediato e de longo prazo, e em benefício da região como um todo. A CII buscará cumprir seu mandato desenvolvimentista lutando para ajudar estas empresas a atingir essa meta.

Operações aprovadas em 2000

(Em milhões de US\$)

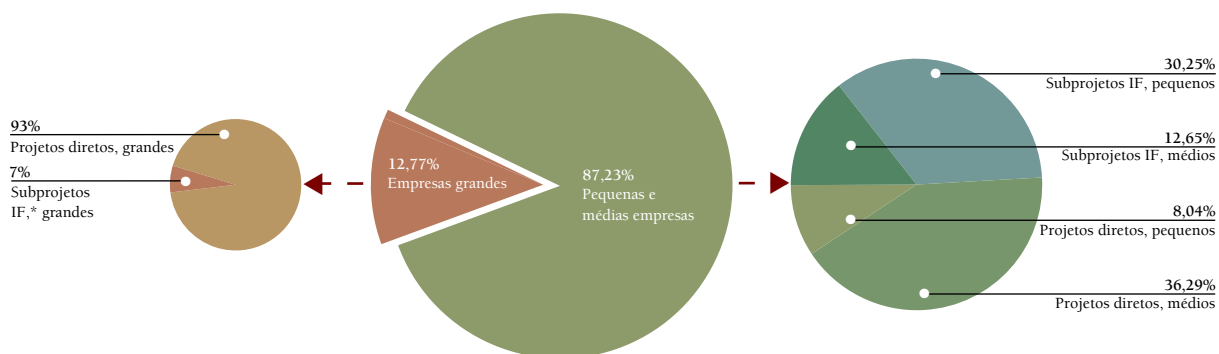
País	Projeto	Setor	Empréstimo	Capital	Total	Custo original do projeto	Valor agregado anual	Geração anual de divisas	Criação de empregos
Brasil	Brazilian Mortgages	Mercados financeiros	10,50	—	10,5	63,0	28,00	—	—
Brasil	Serviços Financeiros Imobiliários	Serviços financeiros especializados	1,00	—	1,00	6,0	—	—	—
Chile	Linha de Agência Banco del Desarrollo	Agência-Multisetorial	10,00	—	10,00	20,0	42,50	12,50	425
Chile	Delta Leasing	Companhias de arrendamento financeiro	7,00	1,0	8,00	48,0	13,00	—	—
Chile	Negocios Regionales Fondo de Inversión	Fundo de investimento privado	—	4,0	4,00	23,5	25,00	7,50	150
Costa Rica	Consortio Celsa-Dimmsa-Telepsa (Condicel) Ltda.	Telecomunicações	4,20	—	4,20	15,6	5,83	—	90
Costa Rica	Banco Improsa	Banco múltiplo	6,00	—	6,00	36,0	15,00	3,57	450
Equador	El Rosario S.A.	Agroindústria / agricultura	8,00	—	8,00	37,0	11,29	12,43	240
Honduras	Zip Buena Vista	Parques industriais e zona franca	7,50	—	7,50	16,2	2,00	1,70	5.400
Honduras	Manufacturas del Trópico	Metais básicos e produtos metálicos; maquinarias e aparelhos	3,00	—	3,00	7,0	3,10	3,50	600
México	Multinational Industrial Fund	Fundo de investimento privado	—	8,0	8,00	80,0	30,00	—	450
México	Hospital ABC	Serviços de saúde	10,00	—	10,00	81,9	4,00	—	—
México	Almacenadora Mercader, S.A.	Armazenagem	10,00	—	10,00	10,0	3,50	—	132
Regional	Advent II	Fundo de investimento privado	—	10,0	10,00	500,0	17,00	8,50	900
Regional	CEA Latin American Communications Equity Associates L.P.	Fundo de investimento privado	—	7,5	7,50	100,0	100,00	25,00	360
Regional	Central America Growth Fund, L.P.	Fundo de investimento privado	—	5,0	5,00	50,0	100,00	25,00	200
República Dominicana	Banco Popular Dominicano	Banco múltiplo	10,00	—	10,00	180,0	10,00	3,21	450
República Dominicana	Linha de Agência Banco Popular Dominicano	Linha de agência	15,00	—	15,00	30,0	9,64	2,50	400
Uruguai	Terminal Rodoviaria Udeman	Transporte, armazenagem e comunicações	5,00	—	5,00	15,7	3,17	—	15
		Total	107,20	35,50	142,70	1.319,90	423,03	92,91	10.262

Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados

(Em 31 de dezembro de 2000 - Em milhões de US\$)

País	Projeto Número	MONTANTES BRUTOS APROVADOS			MONTANTES LIQUIDOS COMPROMETIDOS			MONTANTES DESEMBOLSADOS		
		Empréstimo	Capital	Empréstimo e capital	Empréstimo	Capital	Empréstimo e capital	Empréstimo	Capital	Empréstimo e capital
Argentina	26	137.240	10.972	148.212	106.992	8.798	115.790	104.531	8.798	113.329
Bahamas	2	6.000	0	6.000	1.000	0	1.000	1.000	0	1.000
Barbados	1	0	4.000	4.000	0	0	0	0	0	0
Bolivia	11	49.050	1.925	50.975	42.822	1.325	44.147	42.822	1.325	44.147
Brasil	20	102.300	18.500	120.800	75.530	13.030	88.560	61.715	13.030	74.745
Chile	13	49.348	20.326	69.674	33.348	10.118	43.466	28.763	10.118	38.881
Colômbia	12	51.165	12.883	64.048	25.965	9.505	35.470	25.965	9.505	35.470
Costa Rica	10	43.700	1.500	45.200	36.000	500	36.500	28.821	500	29.321
Equador	8	31.000	2.500	33.500	7.000	1.802	8.802	7.000	1.802	8.802
El Salvador	3	4.000	4.500	8.500	4.000	2.000	6.000	4.000	2.000	6.000
Guatemala	8	46.050	500	46.550	33.050	0	33.050	16.650	0	16.650
Guyana	2	3.300	0	3.300	800	0	800	800	0	800
Haiti	1	1.000	0	1.000	0	0	0	0	0	0
Honduras	10	50.900	1.000	51.900	30.584	0	30.584	20.834	0	20.834
Jamaica	6	19.300	1.518	20.818	5.559	0	5.559	5.559	0	5.559
México	24	86.988	45.250	132.238	41.874	27.299	69.174	26.796	17.648	44.444
Nicarágua	7	26.400	1.400	27.800	22.400	900	23.300	17.470	900	18.370
Panamá	4	17.028	0	17.028	17.028	0	17.028	16.100	0	16.100
Paraguai	5	22.000	0	22.000	19.238	0	19.238	18.339	0	18.339
Peru	16	85.450	10.834	96.284	43.290	4.484	47.774	43.290	4.484	47.774
Regional	24	58.500	124.000	182.500	15.000	77.500	92.500	5.319	58.049	63.368
República Dominicana	8	50.550	0	50.550	26.920	0	26.920	16.920	0	16.920
Trinidad e Tobago	4	17.500	2.800	20.300	14.217	598	14.815	9.607	598	10.205
Uruguai	10	45.087	6.200	51.287	30.740	6.047	36.787	27.940	6.047	33.987
Venezuela	9	41.750	4.740	46.490	22.500	0,00	22.500	19.500	0	19.500
Total	244	1.045.605	275.348	1.320.953	655.857	163.907	819.764	549.741	134.805	684.546

Distribuição dos desembolsos por tamanho de empresa



*IF = intermediários financeiros

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

Nota

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português dos textos em inglês e espanhol. As demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação, cujo relatório sobre o exame efetuado e respectivo parecer são encontrados nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

Balança geral

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	EXERCÍCIOS ENCERRADOS A	
	31 DE DEZEMBRO	
	2000	1999
ATIVO		
CAIXA	\$ 1.782	\$ 3.622
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS.....	62.312	32.598
EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL		
Investimentos na forma de empréstimos	269.644	267.973
Menos provisão para perdas.....	(24.409)	(24.567)
	245.235	243.406
Investimentos de capital.....	93.709	84.972
Menos provisão para perdas.....	(15.961)	(10.186)
	77.748	74.786
Total de Investimentos.....	322.983	318.192
CONTAS A RECEBER E OUTROS ATIVOS.....	7.105	6.737
TOTAL DE ATIVOS.....	\$394.182	\$361.149
PASSIVO E CAPITAL		
CONTAS A PAGAR E OUTROS PASSIVOS	\$ 3.381	\$ 2.255
JUROS E COMISSÕES DE COMPROMISSO A PAGAR.....	1.517	820
EMPRÉSTIMOS.....	160.000	150.000
Total do Passivo	164.898	153.075
CAPITAL		
Autorizado: 70.370 ações (valor nominal US\$10.000)		
Ações subscritas	662.040	203.700
Menos subscrições a receber.....	(438.165)	(445)
	223.875	203.255
LUCROS RETIDOS	5.409	4.819
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL	\$394.182	\$361.149

As notas anexas constituem partes integrantes destas demonstrações financeiras.

Demonstrações da receita e dos lucros acumulados

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	EXERCÍCIOS ENCERRADOS A 31 DE DEZEMBRO	
	2000	1999
RECEITA		
Títulos negociáveis.....	\$ 3.306	\$ 2.175
Investimentos na forma de empréstimos		
Juros	24.579	17.907
Comissões de compromisso	553	472
Comissões de abertura	529	1.467
Outras receitas de empréstimos	473	681
	<u>26.134</u>	<u>20.527</u>
Investimentos de capital		
Ganhos pela venda de investimentos de capital	505	235
Dividendos.....	918	1.098
Outras rendas geradas por investimentos de capital.....	121	161
	<u>1.544</u>	<u>1.494</u>
Serviços de assessoramento, co-financiamento e outras receitas.....	3.222	3.516
	<u>34.206</u>	<u>27.712</u>
DESPESAS		
Despesas administrativas.....	13.239	12.918
Provisão para perdas em investimentos na forma de empréstimos e capital	9.848	21.793
Despesas de empréstimos.....	10.529	5.945
	<u>33.616</u>	<u>40.656</u>
PERDA LÍQUIDA	590	(12.944)
LUCROS RETIDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.819	17.763
LUCROS RETIDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	\$ 5.409	\$ 4.819

As notas anexas constituem partes integrantes destas demonstrações financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	EXERCÍCIOS ENCERRADOS A 31 DE DEZEMBRO	
	2000	1999
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (51.034)	\$ (114.792)
Desembolsos de capital	(13.516)	(17.139)
Pagamentos de amortização de empréstimos.....	44.257	50.412
Vendas de investimentos de capital.....	3.459	1.531
Retorno do capital proveniente de investimentos de capital.....	326	1.737
Receita proveniente de ativos recuperados.....	1.869	241
Líquido de caixa usado em atividades de investimento.....	<u>(14.639)</u>	<u>(78.010)</u>
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Desembolso de empréstimos obtidos.....	80.000	80.000
Pagamentos de amortização de empréstimos obtidos.....	(70.000)	(20.000)
Subscrições de capital	20.620	80
Líquido de caixa proveniente de atividades de financiamento.....	<u>30.620</u>	<u>60.080</u>
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DE OPERAÇÕES		
Renda (perda) líquida	590	(12.944)
Títulos negociáveis:		
Aquisições	(1.790.957)	\$(2.364.420)
Vendas, vencimentos e liquidações.....	1.761.300	2.377.344
	<u>(29.657)</u>	<u>12.924</u>
Ajustes para conciliar a perda líquida com o líquido de caixa proveniente de operações:		
Provisão para perdas em investimentos na forma de empréstimos e capital.....	9.848	21.793
Aumento (redução) em contas a receber e outros ativos	(368)	212
Aumento (redução) em contas a pagar e outros passivos	1.126	(99)
Aumento (redução) em juros e comissões de compromisso a pagar	697	(430)
(Lucros) perdas não realizados em títulos negociáveis	(57)	26
	<u>11.246</u>	<u>21.502</u>
Líquido de caixa (usado em) proveniente de operações.....	<u>(17.821)</u>	<u>21.482</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA.....	<u>(1.840)</u>	<u>3.552</u>
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO.....	3.622	70
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO.....	<u>\$ 1.782</u>	<u>\$ 3.622</u>
DECLARAÇÃO ADICIONAL		
Juros pagos durante o exercício.....	\$ 9.768	\$ 6.318

As notas anexas constituem partes integrantes destas demonstrações financeiras.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

PROPÓSITO

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), organização multilateral, foi criada em 1986. É membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), que também inclui o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). A Corporação começou a operar em 1989 com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos mediante o financiamento de empresas de pequeno e médio porte. A Corporação, juntamente com investidores privados, realiza esta missão concedendo empréstimos e fazendo investimentos de capital onde não houver capital privado suficiente em termos razoáveis, mobilizando o financiamento adicional para projetos junto a outros investidores e mutuantes por meio de co-financiamento ou consorciação e prestando serviços financeiros e assessoramento técnico. A Corporação recebe o seu capital acionário de seus países membros, opera exclusivamente em dólares dos Estados Unidos e limita as suas atividades operacionais a seus 26 países membros regionais.

Nota A – Resumo Das Políticas Contábeis Relevantes e Políticas Conexas

As políticas de contabilidade e de informação financeira da Corporação seguem princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP).

USO DE ESTIMATIVAS

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos requer que a administração efetue estimativas e presunções que têm efeitos sobre os valores do ativo e passivo divulgados, a informação de ativo e passivo contingente na data da emissão das demonstrações financeiras e os valores divulgados relativos à receita e às despesas durante o período de relatório. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas. Dispensou-se extensa consideração à determinação da adequação da reserva para perdas. Há riscos e incertezas inerentes às operações da Corporação. Existe a possibilidade de que mudanças nas condições econômicas possam ter efeito adverso sobre a posição financeira da Corporação.

EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os empréstimos e investimentos de capital são comprometidos ao ser assinado o contrato de empréstimo ou investimento e são registrados como ativos ao serem desembolsados. Os investimentos na forma de empréstimos são contabilizados com base nos totais do principal cuja amortização esteja pendente, ajustado para provisão contra perdas. A praxe da Corporação é obter garantias tais como – mas não limitadas a – hipotecas ou garantias de terceiros. Os investimentos em títulos de participação cujo valor de mercado pode ser determinado facilmente foram classificados como disponíveis para venda e registrados pelo valor correspondente de mercado. Os ganhos e as perdas não realizados pela posse de títulos foram registrados como componente separado dentro do capital. Os investimentos de capital cujo valor de mercado não seja de fácil determinação são contabilizados inicialmente ao valor de custo. Esse montante contabilizado, conforme descrito a seguir, é periodicamente revisto e ajustado para compensar reduções. Ocasionalmente, a Corporação celebra contratos com opção de venda em conexão com investimentos de capital.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

A Corporação considera que um empréstimo é minorado quando, com base em informação e eventos correntes, se torna provável que a totalidade do montante pendente seja incobrável nos termos do respectivo contrato de empréstimo. A minoração, reconhecida como parte da provisão para perdas, é medida como o excesso do investimento contabilizado no empréstimo minorado com relação ao valor atual de futuros fluxos de caixa previstos, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo ou ao valor equitativo da garantia se o empréstimo depender de garantia.

PROVISÃO PARA PERDAS PROVENIENTES DE EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL

A Corporação segue a política de verificar periodicamente e classificar o risco de todos os empréstimos e investimentos de capital, bem como de definir uma provisão com base nessa revisão. A avaliação da administração baseia-se nas classificações de risco e no desempenho de cada investimento individual, no tamanho e diversidade da carteira da Corporação, na situação econômica e em outros fatores que a administração considere significativos. O cálculo da provisão para perdas inclui o valor estimado das garantias e outras fontes potenciais de fluxo de caixa. A provisão para perdas é estabelecida mediante ônus periódicos sobre a receita sob a forma de provisão para perdas em investimentos. A eliminação contábil de investimentos e as recuperações subseqüentes são registradas por meio da conta de provisão. A provisão para perdas é mantida num nível que, a juízo da administração, é adequado para absorver perdas estimadas na carteira de empréstimos e investimentos de capital e reflete adequadamente o risco de perda na carteira da Corporação.

RECONHECIMENTO DE RECEITAS PROVENIENTES DE EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os juros e todas as comissões, exceto comissões de abertura, são reconhecidos como receitas quando recebidos. As comissões de abertura e custos diretos incrementais associados com o processamento de empréstimos são reconhecidos quando ocorrerem, uma vez que o montante líquido dos mesmos não se considera importante. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja arrecadação seja duvidosa ou quando o pagamento de juros ou principal estiverem em mora mais de 90 dias. Nos termos dessa política de não reconhecimento de receitas em caso de atraso de pagamento, os empréstimos podem ser classificados como improdutivos mesmo quando não correspondem à definição de empréstimos que não aumentam o capital. Os juros acumulados sobre um empréstimo classificado como improdutivo são anulados e são reconhecidos posteriormente como receita somente quando se receber realmente o pagamento e a administração considerar que o mutuário demonstrou ter capacidade de fazer pagamentos periódicos dos juros e do principal. Os juros não previamente reconhecidos mas capitalizados como parte de uma reestruturação da dívida são contabilizados como receitas diferidas e creditados como receita somente quando for recebido o principal respectivo.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Como parte da sua estratégia global de gestão da carteira, a Corporação investe em obrigações de governos e de órgãos públicos, depósitos a prazo e títulos lastreados em ativos de acordo com as políticas da Corporação em matéria de risco creditício e duração. As obrigações de governos e de órgãos públicos incluem títulos de taxa fixa altamente cotados, certificados, letras e outras obrigações emitidas ou garantidas incondicionalmente por governos de países ou outras entidades oficiais, inclusive órgãos públicos. A carteira de títulos negociáveis da Corporação é classificada como valores de investimento a curto prazo e contabilizada ao seu valor de mercado. As mudanças que ocorrerem no seu valor justo, bem como os lucros ou perdas realizados, são incluídos nas receitas de títulos negociáveis. Juros e dividendos sobre títulos e amortização de prêmios e acréscimo de descontos são divulgados na receita proveniente de títulos negociáveis.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

ATIVOS FIXOS

A depreciação dos ativos fixos da Corporação é feita pelo método linear durante a vida útil prevista dos ativos, a qual varia de três a sete anos. Os custos de desenvolvimento de *software* para uso interno são capitalizados e amortizados durante a vida útil do *software*.

VALORES JUSTOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Declaração sobre Normas de Contabilidade Financeira Nº 107, *Divulgação do valor justo de instrumentos financeiros* (SFAS Nº 107), exige que as entidades divulguem informações relativas ao valor justo estimado de seus respectivos instrumentos financeiros, tenham ou não tais valores sido reconhecidos no balanço geral.

No caso de muitos dos instrumentos financeiros da Corporação não é viável estimar o valor justo e, portanto, nos termos da norma SFAS Nº 107, são fornecidas informações adicionais concernentes à estimativa do valor justo, tais como o montante contabilizado, a taxa de juros e o prazo de vencimento.

Para estimar o valor justo de instrumentos financeiros da Corporação, a administração usou os seguintes métodos e premissas:

Caixa: O montante contabilizado registrado no balanço geral aproxima-se do valor justo.

Títulos negociáveis: O valor justo dos títulos negociáveis baseia-se em preços cotados no mercado. Ver a Nota B.

Investimentos em forma de empréstimos: A Corporação fornece financiamento especializado a empresas de pequeno e médio porte que operam em países membros em desenvolvimento. Não há um mercado secundário comparável para esse tipo de empréstimos. No caso da maioria dos empréstimos e dos compromissos com eles relacionados, a administração considera que a natureza especial das operações de crédito da Corporação e a falta de um mercado secundário estabelecido tornam inviável, no momento, o cálculo estimado do valor justo da sua carteira de empréstimos. Ver a Nota C.

Investimentos de capital: A Corporação compra ações de capital de empresas privadas pequenas e médias da América Latina e do Caribe. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, não sendo também viáveis outros métodos de avaliação. Ver a Nota C.

Empréstimos obtidos: O montante contabilizado registrado no balanço geral sob a rubrica de empréstimos obtidos aproxima-se do valor justo. Ver a Nota E.

NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE E INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Em junho de 1998, a FASB emitiu a SFAS Nº 133, *Contabilização de instrumentos derivados e atividades de salvaguarda*. Essa norma estabelece diretrizes de contabilidade e divulgação para instrumentos derivados, inclusive certos instrumentos derivados incluídos em outros contratos, bem como para atividades de salvaguarda. Requer que a empresa reconheça todos os instrumentos derivados como elementos do ativo ou do passivo na demonstração da situação financeira e que esses instrumentos sejam medidos de acordo com o seu valor justo. A norma requer que as variações no valor justo do instrumento derivado sejam registradas em cada período como lucro ou como outra renda global, ser ou não o instrumento derivado a depender de ser designado como parte de uma transação de cobertura contra riscos. A SFAS Nº 133, segundo emendada, entrou em vigor para a Corporação em 1 de janeiro de 2001 e deve ser aplicada a (a) instrumentos derivados e (b) alguns instrumentos derivados incluídos em contratos híbridos emitidos, adquiridos ou substancialmente modificados após 31 de dezembro de 1997. Não é de esperar que a adoção desta norma tenha efeito importante sobre as demonstrações financeiras da Corporação. A administração continuará a avaliar o impacto potencial dessas normas sobre suas operações internas e preparação de relatórios financeiros para futuras transações.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

Nota B – Títulos negociáveis

Eram os seguintes os componentes da renda líquida proveniente de títulos comercializáveis referentes aos anos encerrados em 31 de dezembro:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)	
	2000	1999
Rendas financeiras	\$3.242	\$2.517
Lucros (perdas) não realizados	7	(316)
Lucros (perdas) realizados	57	(26)
TOTAL	\$3.306	\$2.175

Nota C – Investimentos em forma de empréstimos e de capital

A Corporação monitora as suas carteiras ativas de empréstimos e investimentos de capital no tocante à concentração geográfica do risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2000, entre os países com o maior risco de crédito agregado à Corporação figuravam a Argentina, o Brasil e a Bolívia. Ver o resumo de projetos por país em 31 de dezembro de 2000.

A distribuição da carteira de empréstimos e investimentos de capital desembolsados, por país, é a seguinte:

	2000			1999		
	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL
Argentina	\$ 66.248	\$ 4.999	\$ 71.247	\$ 74.465	\$ 6.000	\$ 80.465
Região	4.905	52.609	57.514	—	42.910	42.910
Bolívia	30.391	—	30.391	31.752	—	31.752
Brasil	18.844	9.425	28.269	23.983	9.460	33.443
Peru	21.710	—	21.710	25.611	—	25.611
Costa Rica	18.770	—	18.770	18.198	—	18.198
Chile	11.190	6.000	17.190	7.880	5.000	12.880
Honduras	14.603	—	14.603	8.426	—	8.426
México	2.013	12.120	14.133	4.427	11.294	15.721
Guatemala	13.240	—	13.240	10.927	—	10.927
Paraguai	12.726	—	12.726	6.472	—	6.472
Nicarágua	11.160	400	11.560	4.938	400	5.338
Venezuela	11.361	—	11.361	13.177	—	13.177
Panamá	10.145	—	10.145	8.435	—	8.435
República Dominicana	10.003	—	10.003	12.115	—	12.115
Trinidad e Tobago	5.390	598	5.988	7.022	598	7.620
Uruguai	3.850	1.389	5.239	2.184	1.615	3.799
Colômbia	363	4.169	4.532	3.896	5.695	9.591
El Salvador	727	2.000	2.727	1.455	—	1.455
Equador	1.445	—	1.445	1.890	2.000	3.890
Bahamas	560	—	560	720	—	720
TOTAL	\$269.644	\$93.709	\$363.353	\$267.973	\$84.972	\$352.945

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

A distribuição da carteira de empréstimos e investimentos de capital desembolsados, por setor, é a seguinte:

	31 DEZEMBRO (EM MILHARES)					
	2000			1999		
	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL
Serviços financeiros	\$132.104	\$ 6.052	\$138.156	\$126.154	\$ 6.026	\$132.180
Fundos de capital de risco.....	—	75.257	75.257	—	63.332	63.332
Manufatura	43.653	2.000	45.653	52.935	4.026	56.961
Serviços públicos	21.111	—	21.111	21.418	—	21.418
Turismo	19.746	—	19.746	20.574	—	20.574
Transporte, armazenagem e comunicações.....	17.059	—	17.059	6.154	—	6.154
Agro-indústria, agricultura.....	15.144	2.000	17.144	19.469	2.000	21.469
Indústria da pesca.....	4.718	5.400	10.118	6.756	5.400	12.156
Arrendamento mercantil	4.905	—	4.905	—	—	—
Serviços de saúde.....	4.353	—	4.353	4.478	—	4.478
Meio ambiente	4.179	—	4.179	3.052	—	3.052
Minas e petróleo	1.054	3.000	4.054	4.026	4.000	8.026
Pecuária e criação de aves	1.518	—	1.518	2.957	188	3.145
Linhas de agência	100	—	100	—	—	—
TOTAL	\$269.644	\$93.709	\$363.353	\$267.973	\$84.972	\$352.945

Resumem-se, a seguir, os empréstimos e investimentos aprovados pela Diretoria Executiva, porém ainda não comprometidos, bem como os compromissos de empréstimos e investimentos de capital assinados mas não desembolsados (excluindo os cancelamentos):

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)	
	2000	1999
Investimentos aprovados mas não comprometidos		
Empréstimos	\$111.100	\$111.000
Capital.....	26.500	19.000
TOTAL	\$137.600	\$130.000
Investimentos comprometidos mas não desembolsados		
Empréstimos	\$106.116	\$ 84.029
Capital.....	33.691	25.343
TOTAL	\$139.807	\$109.372

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

As taxas de juros aplicadas aos empréstimos concedidos pela Corporação baseiam-se na taxa de juros oferecida no mercado interbancário de Londres (LIBOR) a um, três e seis meses, acrescida de uma margem que oscila de 2,50% a 6,00%. Em 31 de dezembro de 2000, a média da taxa LIBOR a um, três e seis meses era de 6,56%, 6,40% e 6,21%, respectivamente (5,83%, 6,00% e 6,14%, respectivamente, em 31 de dezembro de 1999.)

Figura, a seguir, a estrutura de vencimento dos empréstimos da Corporação:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)			
	2000		1999	
	PRINCIPAL PENDENTE DE AMORTIZAÇÃO	MARGEM MÉDIA SOBRE LIBOR	PRINCIPAL PENDENTE DE AMORTIZAÇÃO	MARGEM MÉDIA SOBRE LIBOR
Vencimento em um ano ou menos	\$ 69.336	3,51%	\$ 48.193	3,76%
Vencimento de um até cinco anos	150.590	3,38%	154.302	3,44%
Vencimento de cinco até dez anos	49.718	3,37%	65.478	3,31%
TOTAL	\$269.644		\$267.973	

Os empréstimos cujos juros deixaram de ser acumulados elevavam-se a US\$40.516.000 em 31 de dezembro de 2000 (US\$32.226.000 em 31 de dezembro de 1999). As receitas financeiras reversas correspondentes a empréstimos não produtivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 elevaram-se a US\$3.782.000 (US\$4.076.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999). As arrecadações em dinheiro sobre receita reversa perfizeram US\$959.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 (US\$254.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999).

Em 31 de dezembro de 2000 o investimento contabilizado em empréstimos minorados foi de US\$8.525.000 (US\$20.339.000 em 31 de dezembro de 1999). Em 31 de dezembro de 2000, o investimento médio em empréstimos minorados foi de US\$14.432.000 (US\$28.556.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999). As provisões para perdas em empréstimos minorados em 31 de dezembro de 2000 totalizaram US\$5.600.000 (US\$10.932.000 em 31 de dezembro de 1999). A Corporação reconheceu US\$58.000 em renda de juros proveniente de empréstimos categorizados como minorados em 31 de dezembro de 2000 (US\$128.000 em 31 de dezembro de 1999).

Resume-se, a seguir, o movimento da provisão para perdas em empréstimos e investimentos de capital:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)					
	2000			1999		
	EMPRÉSTIMOS	CAPITAL	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	CAPITAL	TOTAL
Saldo no início do exercício	\$ 24.567	\$ 10.186	\$ 34.753	\$ 28.149	\$ 9.645	\$ 37.794
Investimentos eliminados contabilmente.....	(5.106)	(994)	(6.100)	(17.333)	(7.742)	(25.075)
Montantes recuperados.....	1.869	—	1.869	218	23	241
Provisão para perdas.....	3.079	6.769	9.848	13.533	8.260	21.793
Saldo no final do exercício	\$24.409	\$15.961	\$40.370	\$ 24.567	\$10.186	\$ 34.753

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

Em 2000, a Corporação fez um investimento em montantes a serem cobrados a título de pagamentos mínimos correspondentes a contratos de arrendamento financeiro, que é incluído nos investimentos em forma de empréstimo. Em 31 de dezembro de 2000, o valor líquido atual desse investimento elevava-se a US\$4.936.000, incluindo pagamentos brutos a receber no montante de US\$5.656.000 com juros não realizados de US\$720.000. Durante o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2000, a Corporação reconheceu US\$110.000 em renda de juros associados a esses arrendamentos. Os pagamentos a título de arrendamento a receber nos próximos cinco anos são:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)				
	2001	2002	2003	2004	2005
Reembolsos do principal.....	\$1.736	\$1.620	\$1.019	\$431	\$95
Renda de juros	<u>375</u>	<u>225</u>	<u>91</u>	<u>25</u>	<u>3</u>
Montante mínimo a receber a título de pagamento correspondente a contratos de arrendamento financeiro	\$2.111	\$1.845	\$1.110	\$456	\$98

Nota D – Contas a receber e outros ativos

As contas a receber e outros ativos estão resumidos a seguir:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)	
	2000	1999
Receita acumulada de títulos negociáveis	\$ 360	\$ 239
Receita acumulada de investimentos em empréstimos	4.647	4.768
Dividendos acumulados sobre investimento de capital	221	102
Montante a receber das vendas de capital, líquido	483	1.053
Juros acrescidos sobre vendas de capital.....	—	110
Ativos recuperados	620	—
Outros	361	224
Ativos fixos:		
Móveis, equipamentos de escritório e melhorias na propriedade arrendada, a preço de custo	1.208	1.129
Equipamentos de computação, <i>software</i> e desenvolvimento de sistemas, a preço de custo.....	2.287	2.040
Menos: depreciação e amortização acumuladas	<u>(3.082)</u>	<u>(2.928)</u>
Ativos fixos, líquido	<u>413</u>	<u>241</u>
TOTAL.....	\$ 7.105	\$ 6.737

Em 1998, a Corporação vendeu a sua participação em alguns investimentos de capital e contabilizou títulos a receber por um total de US\$1.800.000 e uma provisão de valorização correlata de US\$72.000. A Corporação reconheceu um ganho de US\$416.000 relacionado com essas vendas de capital, incluído nos ganhos sobre a venda de investimentos de capital durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 1998. Em 31 de dezembro de 2000 o saldo devedor a receber elevou-se a US\$568.000, com uma provisão de valorização correlata de US\$85.000 (US\$1.200.000 e US\$147.000, respectivamente, em 31 de dezembro de 1999).

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

Nota E – Empréstimos obtidos

Os empréstimos pendentes da Corporação consistem em linhas de crédito rotativas com a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid (Caja) e o Deutsche Bank Luxembourg S.A. (Deutsche Bank). Os empréstimos tomados nos termos dessas linhas de crédito vencem um, três ou seis meses após o desembolso, podendo ser renovados.

São os seguintes os empréstimos nos termos dessas linhas de crédito:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)	
	2000	1999
Deutsche Bank, US\$75 milhões, que expirou em outubro de 2000.....	\$ —	\$ 60.000
Caja, US\$50 milhões, que expira em julho de 2001	40.000	20.000
Caja, US\$50 milhões, que expira em março de 2003.....	50.000	—
Caja, US\$100 milhões, que expira em março de 2006.....	70.000	70.000
TOTAL.....	\$160.000	\$150.000

Os juros são acumulados a taxas variáveis com base na taxa LIBOR a um, três e seis meses, oferecidas na data de entrada em vigor de cada empréstimo. O custo médio ponderado dos empréstimos obtidos pela Corporação foi de 6,73% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 (5,39% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999). A Corporação também paga uma comissão de compromisso que varia de 0,05% a 0,10% sobre a linha de crédito disponível não utilizada. O total das comissões de compromisso pagas sobre todas as linhas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 elevou-se a US\$26.000 (US\$40.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999).

Em outubro de 2000, o mecanismo de linha de crédito da Corporação com o Deutsche Bank expirou e não foi renovado. Em dezembro de 2000, a Corporação celebrou o quarto acordo de linha de crédito renovável com o Caja no montante de US\$50 milhões, o qual expira em março de 2003. Não foram sacados fundos nos termos deste acordo até 31 de dezembro de 2000.

Em 1997, a Corporação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento assinaram um contrato de empréstimo autorizando a Corporação a tomar emprestado montante não superior a US\$300.000.000 até novembro de 2001. Em 2000 e 1999 nenhum recurso foi sacado com base nesse contrato.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

Nota F – Capital

A seguinte tabela relaciona o capital social subscrito e as subscrições a receber de cada país membro em 31 de dezembro de 2000 (em milhares de US\$):

	AÇÕES DE CAPITAL SUBSCRITAS		TOTAL A RECEBER PAGO
	AÇÕES	MONTANTE	EM US\$ *
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ 6.200
Argentina.....	8.039	80.390	57.120
Áustria.....	345	3.450	2.150
Bahamas	43	430	—
Barbados.....	104	1.040	650
Belize	104	1.040	890
Bolívia	646	6.460	4.590
Brasil	8.039	80.390	57.120
Chile.....	2.384	23.840	16.940
Colômbia.....	690	6.900	—
Costa Rica	94	940	—
Dinamarca.....	1.071	10.710	6.660
El Salvador	94	940	—
Equador.....	435	4.350	3.090
Espanha.....	2.162	21.620	15.360
Estados Unidos	17.618	176.180	117.980
França	2.162	21.620	13.440
Guatemala.....	435	4.350	3.090
Guiana.....	124	1.240	770
Haiti	94	940	—
Honduras	325	3.250	2.310
Israel.....	173	1.730	1.230
Itália	2.162	21.620	15.360
Jamaica	126	1.260	—
Japão.....	2.162	21.620	13.440
México.....	5.175	51.750	36.770
Nicarágua	94	940	—
Países Baixos	1.071	10.710	6.660
Panamá.....	325	3.250	2.310
Paraguai.....	94	940	—
Peru.....	1.451	14.510	9.030
República Dominicana.....	435	4.350	2.710
Suíça.....	1.071	10.710	7.610
Suriname	30	300	225
Trinidad e Tobago	325	3.250	2.310
Uruguai	857	8.570	5.330
Venezuela.....	4.311	43.110	26.820
TOTAL 2000	66.204	\$662.040	\$438.165
TOTAL 1999	20.370	\$203.700	\$ 445

*Ações em números redondos

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

Em 14 de dezembro de 1999 a Assembléia de Governadores aprovou uma resolução mediante a qual foi aumentado o capital autorizado da Corporação de US\$203.700.000 para US\$703.700.000. Essa resolução alocou US\$500.000.000 para subscrições dos países membros durante o período de subscrição. Em 22 de março de 2000, alcançou-se o número mínimo de subscrições exigido para que a resolução sobre o aumento de capital entrasse em vigor. Os membros concordaram em pagar suas subscrições em oito cotas, sendo a última pagável em 31 de outubro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2000, os países membros haviam subscrito 66.204 ações a uma paridade de US\$10.000 cada uma (20.370 ações em 31 de dezembro de 1999). Foi pago um total de US\$20.620.000 a título de subscrições (US\$80.000 em 31 de dezembro de 1999).

Nota G – Participações

A Corporação mobiliza fundos provenientes de bancos comerciais e outras instituições financeiras (participantes) mediante a participação em empréstimos, os quais são vendidos pela Corporação aos participantes sem recurso mas administrados pela Corporação, que paga o respectivo serviço em nome dos participantes. Os recursos que os participantes puseram à disposição efetiva da Corporação e foram desembolsados elevaram-se a US\$19.843.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 (US\$24.940.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999). Os fundos comprometidos não desembolsados correspondentes a recursos dos participantes foram de US\$27.717.000 em 31 de dezembro de 2000 (US\$26.560.000 em 31 de dezembro de 1999).

Nota H – Transações com entidades correlatas

A Corporação recebe do BID alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que o BID pode prestá-los a ambas as instituições de maneira eficiente. Há um contrato entre a Corporação e o BID relativo ao aluguel de escritórios, que se vence em 2002. O pagamento do aluguel pode variar em função do espaço efetivamente utilizado.

A tabela abaixo relaciona os totais pagos pela Corporação ao BID pelo uso de escritórios e certos serviços de apoio administrativo:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)	
	2000	1999
Escritórios	\$ 1.097	\$ 1.092
Serviços de apoio.....	400	464
TOTAL.....	\$ 1.497	\$ 1.556

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

As contas a pagar ao BID eram de US\$49.000 em 31 de dezembro de 2000 (US\$274.000 em 31 de dezembro de 1999).

Em 2000 e 1999 não havia montantes pendentes com o BID nos termos de um contrato de empréstimo existente. Ver a Nota E.

A Corporação assinou um contrato de serviços de assessoria com o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) do BID. Receberam-se comissões no montante de US\$400.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 (US\$400.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999).

Nota I – Plano de aposentadoria

O BID patrocina um plano de aposentadoria de benefícios definidos (o Plano de Aposentadoria) que cobre basicamente todo o pessoal da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Aposentadoria, os benefícios baseiam-se em anos de serviço e remuneração média, com os funcionários contribuindo com uma percentagem fixa da remuneração base para pensão e a Corporação e o BID contribuindo com o restante do custo, determinado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Aposentadoria. A contribuição total baseia-se no método agregado de financiamento. Todas as contribuições ao Plano de Aposentadoria e todos os demais ativos e receitas mantidos para os fins do Plano de Aposentadoria ficam separados de outros ativos e receitas da Corporação e do BID e só podem ser usados em benefício dos participantes do Plano de Aposentadoria e de seus beneficiários, até que todas as obrigações para com eles tenham sido pagas ou providenciado seu cumprimento. Não se mantêm informações sobre as obrigações relativas a benefícios acumulados e sobre os ativos conexos atribuíveis à Corporação. O gasto total alocado à Corporação para o Plano de Aposentadoria no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 foi de US\$9.000 (US\$468.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999).

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

Nota J – Benefícios posteriores à aposentadoria, diferentes de pensões

A Corporação também presta certos tipos de assistência médica e outros benefícios aos aposentados. Todos os funcionários atuais que participem do Plano de Aposentadoria e atendam a determinados requisitos têm direito, ao aposentar-se nos termos do Plano de Aposentadoria, aos mencionados benefícios posteriores.

A Corporação contribui para o Plano de Benefícios Posteriores à Aposentadoria do BID (o Plano) num montante correspondente à despesa anual determinada com base em cálculos atuariais. A parcela do total de ativos que corresponde à Corporação é rateada com relação ao Plano com base na taxa de provisão de fundos da Corporação e na taxa de retorno dos ativos, excluindo quaisquer pagamentos a funcionários a título de benefícios posteriores à aposentadoria. A Corporação contribuiu com US\$695.000 para o Plano no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000 (US\$765.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999). Calcula-se que as futuras contribuições de fundos ao Plano equivalham ao custo atuarial anual.

A tabela seguinte faz uma conciliação das alterações nas obrigações de benefícios do Plano e do valor justo dos ativos.

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)	
	2000	1999
<i>Conciliação da obrigação de benefícios</i>		
Obrigação em 1º de janeiro.....	\$ 7.386	\$ 5.739
Custo do serviço	674	749
Custo de juros.....	462	304
(Ganho) perda atuarial	(381)	594
Obrigação em 31 de dezembro	8.141	7.386
<i>Conciliação do valor justo dos ativos do Plano</i>		
Valor justo dos ativos do Plano em 1º de janeiro.....	7.439	5.537
Retorno real sobre os ativos do Plano	(160)	1.137
Contribuições do empregador	695	765
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro	7.974	7.439
<i>Situação de capitalização</i>		
Situação de capitalização em 31 de dezembro.....	(167)	53
Obrigação transitória não reconhecida	2.445	2.619
Ganho não reconhecido	(2.029)	(2.491)
Montante líquido reconhecido.....	\$ 249	\$ 181

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2000 e 31 de dezembro de 1999

As perdas e ganhos atuariais que ultrapassem 10% da obrigação acumulada correspondente a benefícios posteriores à aposentadoria são amortizados durante a vida média restante dos participantes ativos, calculada em aproximadamente 10,4 anos. As obrigações não-contabilizadas de transições líquidas são amortizadas num prazo de 15 anos.

As premissas atuariais ponderadas, levadas em consideração no cálculo da obrigação de benefício, são as seguintes:

	2000	1999
Taxa de desconto	5,75%	6,25%
Rendimento previsto dos ativos do Plano	6,50%	7,00%

A obrigação acumulada do benefício posterior à aposentadoria foi determinada por meio das taxas da tendência de custo de cuidados de saúde de 8,0% a 9,5%, em relação aos participantes que se supõe venham a permanecer nos Estados Unidos uma vez aposentados. Partiu-se da premissa de que essa taxa diminuiria paulatinamente, até situar-se em 5,0% a partir de 2011. Quanto aos participantes que se supõe venham a residir fora dos Estados Unidos após a aposentadoria, adotou-se um aumento de 9,5%.

O custo periódico líquido dos benefícios inclui os seguintes componentes:

	31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES)	
	2000	1999
Custo dos serviços	\$ 674	\$749
Custo dos juros	462	304
Amortização do ganho e da obrigação de transição não reconhecidos	24	19
Menos: retorno previsto dos ativos do Plano	(532)	(322)
	\$ 628	\$750

As taxas pressupostas da tendência dos custos dos cuidados da saúde têm efeito significativo sobre os montantes incluídos nos planos de seguro de saúde. Uma mudança de um ponto percentual nas taxas pressupostas da tendência de custo de cuidados da saúde teria os seguintes efeitos:

	AUMENTO DE UM PONTO PERCENTUAL	REDUÇÃO DE UM PONTO PERCENTUAL
Efeito sobre o total do serviço e componentes do custo de juros.....	\$ 277	\$ (210)
Efeito sobre a obrigação de benefício pós-aposentadoria.....	1.450	\$(1.175)

Governadores e Governadores Suplentes

País	Governador	Governador Suplente
Alemanha	(Sra.) Uschi Eid	Michael Röskauf
Argentina	José Luis Machinea	Pedro Pou
Áustria	Karl-Heinz Grasser	Thomas Wieser
Bahamas	William C. Allen	Ruth Millar
Barbados	Owen S. Arthur	Grantley Smith
Belize	Ralph Fonseca	Keith Arnold
Bolívia	José Luis Lupo	Bernardo Requena Blanco
Brasil	Martus Antônio Rodriguez Tavares	Armínio Fraga Neto
Chile	Nicolás Eyzaguirre	Maria Eugenia Wagner
Colômbia	Juan Manuel Santos	Juan Carlos Echeverri
Costa Rica	Leonel Baruch	Eduardo Lizano Fait
Dinamarca	Ellen Margrethe Loej	Torben Brylle
El Salvador	Juan José Daboub	José Luis Trigueros
Equador	Luis G. Iturralde M.	Jorge Morán Centeno
Espanha	Rodrigo de Rato y Figaredo	Juan Costa Climent
Estados Unidos	Lawrence H. Summers	Alan P. Larson
França	Laurent Fabius	Jean-Pierre Jouyet
Guatemala	Manuel H. Maza Castellanos	Lizardo Sosa
Guiana	Bharrat Jagdeo	—
Haiti	Anthony Dessources	Fred Joseph
Honduras	Gabriela Núñez de Reyes	Victoria Asfura de Díaz
Israel	David Klein	Shay Talmon
Itália	Vincenzo Visco	Vincenzo Desario
Jamaica	Omar Davies, MP	Shirley Tyndall
Japão	Kiichi Miyazawa	Masaru Hayami
México	Francisco Gil Díaz	Agustín Carstens Carstens
Nicarágua	Francisco Aguirre Sacasa	Esteban Duque Estrada
Países Baixos	Gerrit Zalm	(Sra.) Eveline Herfkens
Panamá	Norberto Delgado Durán	Eduardo A. Quiróz
Paraguai	Francisco Oviedo	James Spalding
Peru	Javier Silva Ruete	Germán Suárez Ch.
República Dominicana	Francisco M. Guerrero Prats.-R.	Luis Manuel Piantini Munnigh
Suíça	Oscar Knapp	Adrian Schlöpfer
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley Ramsaran
Trinidad e Tobago	Brian Kuei Tung	Victoria Mendez-Charles
Uruguai	Alberto Bension	Ariel Davrieux
Venezuela	José Alejandro Rojas Ramírez	Jorge Giordani

Informação em dezembro de 2000

Diretores Executivos e Diretores Suplentes

Nome	País
Edgar A. Guerra José Carlos Quirce	Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua
Georges Cahuzac Andreas Hartmann	Alemanha, França e Suíça
Adina Bastidas Eduardo Linares	Panamá e Venezuela
Jorge F. Baca Campodónico Germán Quintana	Chile e Peru
Álvaro Rengifo Toru Kodaki	Espanha, Israel e Japão
Roderick G. Rainford Luis Alberto Rodriguez	Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago
Lawrence Harrington	Estados Unidos da América
Theo B. Timmermans Flemming Nichols	Áustria, Dinamarca, Itália e Países Baixos
Juan E. Notaro Orlando Ferreira Caballero	Bolívia, Paraguai e Uruguai
Agustín García-López Héctor Santos	México e República Dominicana
Ricardo R. Carciofi Martín Bès	Argentina e Haiti
Daniel Oliveira Frederico Álvares	Brasil e Suriname
Fernando Tenjo-Galarza César Coronel	Colômbia e Equador

Administração e Gerência

Gerente Geral	Jacques Rogozinski
Chefe de Divisão, Financiamento Direto a Empresas	Steven L. Reed
Chefe de Divisão, Serviços Financeiros	Roldan Trujillo
Chefe de Divisão, Finanças, Gerenciamento de Risco e Administração	Jorge Zelada
Assessor Jurídico	Raul Herrera
Economista Principal	Jorge Roldán
Engenheiro Principal	Philip James
Oficial Principal de Crédito e Coordenador de Operações Especiais	Mario Mahler
Pessoal de apoio	
Contador Principal	Shane L Bateman
Recursos Humanos	Mildred Arroyo
Oficial Principal de Carteira	Rigoberto Ordóñez
Tesoureiro	Barbara D. McGowan
Secretaria	
Secretário	Carlos Ferdinand
Sub-Secretário	Armando Chuecos